



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
MONOGRAFIA JURÍDICA

**DISCURSOS NEGACIONISTAS: UM RETRATO DOS ATAQUES À DEMOCRACIA
E AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

ORIENTANDO: LUCAS MEIRELES DO CARMO GOIS
ORIENTADORA: PROF^a DR^a FERNANDA DE PAULA FERREIRA MOI

GOIÂNIA-GO

2023

LUCAS MEIRELES DO CARMO GOIS

**DISCURSOS NEGACIONISTAS: UM RETRATO DOS ATAQUES À DEMOCRACIA
E AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Monografia jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS).

Prof.^a Dr.^a. Orientadora Fernanda de Paula Ferreira
Moi

GOIÂNIA-GO

2023

LUCAS MEIRELES DO CARMO GOIS

**DISCURSOS NEGACIONISTAS: UM RETRATO DOS ATAQUES À DEMOCRACIA
E AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Data da Defesa: 03 de junho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr^a Fernanda de Paula Ferreira Moi

Nota

Examinadora Convidada: Fernanda da Silva Borges

Nota

Aos que enfrentam uma guerra diária por um país justo, diverso e democrático.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, aos meus amigos e familiares, em especial meu pai, por ser abrigo e suporte até aqui e a todos que contribuíram para minha evolução de alguma maneira.

RESUMO

A política brasileira nas últimas décadas foi marcada por movimentos que culminaram em forte polarização política e prática reiterada de atos considerados antidemocráticos. As eleições presidenciais brasileiras de 2014 a 2022 evidenciaram tal cenário, que foi o objeto da presente pesquisa. Por meio da análise das figuras políticas que protagonizaram as campanhas presidenciais mais recentes, seus discursos e posturas, objetivou-se compreender os principais fatores que propiciaram tantos ataques ao sistema democrático e suas instituições nos últimos anos no Brasil. Inicialmente, foi realizado um resgate histórico, buscando as raízes da rivalidade entre a direita e a esquerda brasileira por meio de pesquisa histórico-documental. Após a contextualização da política nos últimos anos, por meio do método dedutivo foi realizado um paralelo entre a realidade nacional e as teorias de Hannah Arendt sobre o totalitarismo. Concluiu-se que a polarização, insuflada por meio de *fake news* e narrativas falsas, permitiu o crescimento de Jair Bolsonaro, e, ao mesmo tempo, foi causa e consequência do descrédito atribuído à democracia. Conforme descrito por Arendt, as mentiras políticas, bem como os ataques ao sistema democrático, são ferramentas eleitorais que permitem a centralização de poder em uma figura de referência. No caso brasileiro, tal figura representativa da direita foi Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Polarização política. Atos antidemocráticos. *Fake news*. Banalização do Mal. Totalitarismo. Ataques à Democracia.

ABSTRACT

Brazilian politics in recent decades have been marked by movements that have led to strong political polarization and repeated acts considered antidemocratic. The Brazilian presidential elections from 2014 to 2022 highlighted this scenario, which was the subject of the present research. Through the analysis of the political figures who played leading roles in the most recent presidential campaigns, their speeches, and stances, the aim was to understand the main factors that contributed to so many attacks on the democratic system and its institutions in Brazil in recent years. Initially, a historical review was conducted, seeking the roots of the rivalry between the Brazilian right and left through historical-documentary research. After contextualizing the politics in recent years, a parallel was drawn between the Brazilian reality and Hannah Arendt's theories on the banality of evil and totalitarianism using the deductive method. It was concluded that the polarization between the left and right, fueled by fake news and false narratives, and which allowed the rise of Jair Bolsonaro, is both the cause and consequence of the loss of credibility attributed to democracy. As described by Arendt, political lies, as well as attacks on the democratic system, are electoral tools that enable the centralization of power in a reference figure. In the Brazilian case, such a figure, representative of the right, was Jair Bolsonaro.

Keywords: Political polarization. Antidemocratic acts. Fake news. Banality of evil. Totalitarianism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014 E OS ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....	11
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014....	11
1.2 O RESULTADO DO SUFRÁGIO E OS ATAQUES À DEMOCRACIA.....	21
1.3 A perpetuação dos ataques à democracia durante o segundo governo Dilma Rousseff.....	22
2. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: A ESCALADA NO SURGIMENTO DE FAKE NEWS DIGITAIS E DISCURSOS NEGACIONISTAS.....	27
2.1 CONTEXTO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES.....	27
2.2 ASCENSÃO DE BOLSONARO E ANTIPETISMO.....	29
2.3 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS NOTÍCIAS E DISCURSOS DEMAGÓGICOS NO PERÍODO ELEITORAL DE 2018.....	34
2.3.1 Fake news disseminadas em 2018.....	36
2.4 A VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO.....	42
3. ELEIÇÕES DE 2022: O PRIMEIRO PRESIDENTE NÃO REELEITO.....	43
3.1 O BRASIL APÓS QUATRO ANOS DE GOVERNO BOLSONARO.....	44
3.1.1 Economia de Paulo Guedes e as promessas não cumpridas.....	44
3.1.2 O isolamento político de Bolsonaro.....	46
3.1.3 A pandemia do coronavírus e a postura antivacina do Governo Federal..	47
3.2 CAMPANHA ELEITORAL DE 2022 E O RETORNO DE LULA.....	49
3.3 ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL: NARRATIVA PARA A RUPTURA COM O SISTEMA DEMOCRÁTICO.....	50
3.4 DERROTA DE BOLSONARO E ATAQUES ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	52
4. IMPACTOS DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E SISTEMA ELEITORAL DO PAÍS.....	53
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

Sérgio Buarque de Holanda traz no seu livro “Raízes do Brasil”, grande marco nos estudos sobre a identidade do brasileiro, o conceito de “homem cordial”. A expressão “cordial” não indica apenas bons modos e gentileza, vem do radical latino “*cordis*”, isto é, relativo ao coração. De acordo com Sérgio Buarque, “homem cordial” é uma característica marcante do brasileiro, que se manifesta através de um comportamento emotivo, afetuoso e aparentemente hospitaleiro, mas que pode resultar em relações marcadas pela ambiguidade, falta de clareza e, eventualmente, pela violência. É uma forma de sociabilidade derivada da herança portuguesa, que privilegia as relações pessoais em detrimento das instituições públicas e da racionalidade.

Por sua vez, Hannah Arendt, filósofa política alemã, baseando-se principalmente nos fatos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, nazismo e holocausto, descreveu a “banalização do mal” como um fenômeno em que a maldade é cometida não por indivíduos necessariamente malignos ou cruéis, mas por pessoas comuns que agem de forma rotineira, seguindo ordens e obedecendo às regras sem questioná-las criticamente. Esse tipo de comportamento, segundo Arendt, pode ser perigoso em regimes totalitários ou autoritários, onde as instituições e valores democráticos são enfraquecidos.

No contexto brasileiro recente é possível perceber como a combinação dos dois fenômenos mencionados pode ter contribuído para o surgimento de uma cultura política marcada pela desinformação, intolerância e violência. As *fake news*, por exemplo, podem ser percebidas como expressões da cordialidade brasileira, em que emoções e inclinações pessoais são privilegiadas em detrimento dos fatos e da racionalidade. Ao mesmo tempo, a banalização do mal se faz presente nas ações de indivíduos ou grupos que, sem questionar criticamente as ordens ou narrativas apresentadas, se engajam em atos violentos ou antidemocráticos.

É possível identificar, ainda, vários outros fatos e eventos que evidenciam a polarização política e social que vem abalando tanto as relações sociais quanto as estruturas democráticas que fundamentam a república brasileira. O questionamento da integridade das urnas eletrônicas após as eleições de 2014, o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, as manifestações antidemocráticas em 2020 pedindo o

fechamento do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF), os constantes ataques a ministros e membros das cortes judiciárias, a forma como a crise sanitária causada pelo coronavírus foi conduzida, entre tantas outras situações desenham um cenário de afronta aos ideais propostos pela Constituição de 1988.

O historiador francês Fernand Braudel se debruçou sobre o tema do tempo na História defendendo que ela não é apenas o registro de eventos pontuais e isolados, mas sim uma construção. Para Braudel, o cenário político e social em que nos encontramos hoje é o resultado de um processo que se iniciou anos atrás, e que envolveu transformações lentas e profundas nas estruturas sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, para entender o cenário atual, é preciso compreender essa estrutura mais profunda, não totalmente visível à primeira vista.

A fim de que análises superficiais não sejam tecidas, e considerando as teorizações de Braudel, o presente trabalho se propõe a uma análise que abrange as mudanças ocorridas na última década, mais precisamente entre 2014 – quando ocorreu a eleição presidencial que reelegeu Dilma Rousseff – e 2023, período pós-eleições, da qual saiu derrotado o então presidente Jair Bolsonaro.

A escolha temporal se justifica pela percepção de que há um movimento cíclico desde 2014, ano marcado pela quarta derrota consecutiva do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) para o cargo de Presidente, de atos que podem ser interpretados como antidemocráticos. Após a derrota de Aécio Neves para Dilma Rousseff, pela primeira vez na história pós redemocratização foi solicitada, formalmente e de forma fervorosa, auditoria nas urnas eletrônicas e recontagem dos votos em uma eleição nacional. O movimento se repetiu, mais fervorosamente, em 2022 após a derrota de Bolsonaro para Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda em 2020, o próprio presidente à época, Jair Bolsonaro, compartilhou um vídeo de convocação para manifestações que ocorreram 15 de março daquele ano, organizadas por movimentos de extrema direita para defender o governo e protestar contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), órgãos que representam o Legislativo e Judiciário, respectivamente. Quase três anos depois, o ataque se repetiu, mas as manifestações envolveram invasão e destruição ao Palácio do Planalto, sede dos Três Poderes em Brasília (Palácio do Planalto, Palácio do Congresso Nacional, e Palácio do Supremo Tribunal Federal).

Tomando como problemático os ataques à democracia e suas instituições no Brasil nos últimos anos, pretende-se analisar as narrativas políticas das figuras de maior importância nas últimas três eleições para presidente no Brasil (2014, 2018, 2022) a fim de compreender como as escolhas de campanha e discursos políticos de cada um corroborou para o atual cenário do país, no qual as instituições democráticas encontram-se sob alvo e constante ataque.

Sobre essa linha de pesquisa, aponta Lakatos e Marconi (2003):

Nosso conhecimento consiste no conjunto de expectativas que formam como que uma moldura. A quebra desta provoca uma dificuldade: o problema que vai desencadear a pesquisa. Toda investigação nasce de algum problema teórico/prático sentido. Este dirá o que é relevante ou irrelevante observar, os dados que devem ser selecionados. Esta seleção exige uma hipótese, conjectura e/ou suposição, que servirá de guia ao pesquisador. (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 97).

Nos três primeiros capítulos serão reunidos os principais eventos políticos relacionados às eleições de 2014, 2018 e 2022. Neste primeiro momento, a pesquisa se revestirá de caráter histórico-documental, pela reunião de dados estatísticos de órgãos de pesquisa como IBGE, Datafolha, IPEC, IPESPE, entre outros, matérias jornalísticas e demais conteúdos veiculados pela mídia tradicional. O objetivo é a contextualização política para o recorte temporal definido (2014 a 2022).

Sobre tal abordagem:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A eleição de 2014, da qual foram protagonistas Dilma Rousseff e Aécio Neves, será objeto do primeiro capítulo, com enfoque na necessidade de intervenção do TSE durante a campanha eleitoral para reduzir os ataques entre os candidatos e o momento pós sufrágio, que foi marcado pelos questionamentos do derrotado Aécio quanto à confiabilidade do procedimento eleitoral.

Em seguida, no segundo capítulo, será abordado o sufrágio de 2018, com destaque no fortalecimento da imagem de Bolsonaro, a escolha de campanha pelas redes sociais, e o contexto social/político/econômico que fortaleceu a dupla bolsonarismo e antipetismo.

No terceiro capítulo, por sua vez, será explorado o contexto do sufrágio de 2022, que se tornou histórico, visto que pela primeira vez, no Brasil, um presidente em exercício não é reeleito. Serão retomados os principais eventos do governo Bolsonaro e como eles impactaram para que antibolsonarismo se tornasse maior que o antipetismo.

No quarto e último capítulo, será adotado o método dedutivo para tecer conclusões sobre como os eventos políticos destacados nos três primeiros capítulos influenciaram para os reiterados ataques à democracia no Brasil, que aparentam ter passado por processo de normalização. Destaca-se que os eventos antidemocráticos que a cada dia assumem nova forma no Brasil guardam forte correlação com o que escreveu Hannah Arendt ainda no século passado, em especial o tema totalitarismo.

Desta forma, no capítulo final será realizada uma revisão bibliográfica de vários autores que conversam com a problemática de atos antidemocráticos, mas especialmente Hannah Arendt, pelas obras *As Origens do Autoritarismo* (1951) e *Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal* (1963).

1. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014 E OS ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014

Antes de se realizar uma análise a respeito da conjuntura política brasileira no período eleitoral de 2014 e diagnosticar os ataques ocorridos em tal época, faz-se necessária uma inquirição histórica a fim de diagnosticar de que modo e em que circunstâncias o país chegou ao embate entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) no segundo turno da eleição presidencial.

Após 21 (vinte e um) anos de Ditadura Militar no Brasil, que se iniciou com um golpe de estado de 1964, a primeira eleição direta para presidente da república ocorreu em 1989, contando com 22 (vinte e dois) candidatos. Saiu vencedor Fernando Collor de Mello após um segundo turno contra Luiz Inácio Lula da Silva, que na ocasião disputou a presidência pela primeira vez.

Trata-se de uma das campanhas eleitorais mais marcantes da história do Brasil, pois o país passava por uma forte crise econômica e política, o que gerou um clima de insatisfação e grande expectativa em relação às eleições presidenciais. Apesar do fim da ditadura militar e eleição indireta de Tancredo Neves, o país ainda enfrentava desafios para consolidar sua democracia. Segundo o historiador Boris Fausto, a transição democrática ocorreu "sem mudanças significativas na estrutura econômica e social do país", o que levou a essa "frustração generalizada" e "um clima de incerteza e desencanto".

Além da questão política, na década de 1980 o Brasil sofreu imensamente com a crise do petróleo e a elevação das taxas de juros internacionais. A instabilidade econômica gerou um alto índice de inflação que em seu pico, no ano de 1986, fez a taxa anual chegar a 229%. A título de comparação, em 2020 o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o indicador oficial de inflação do país, ficou em 4,52%. Em 2019, foi de 4,31%, e em 2018, de 3,75%, segundo o Ibope. As propostas de Lula e Collor, bem como suas estratégias de campanha, foram influenciadas por esse contexto de incertezas e desafios.

Luiz Inácio Lula da Silva, que desde esse momento representou o Partido dos Trabalhadores (PT), defendia um programa de governo que priorizava o combate à pobreza e à desigualdade social. Seu slogan de campanha, "sem medo de ser feliz", e suas propostas para "salário, moradia, saúde e educação" buscavam conquistar o voto popular. Revisitando os materiais veiculados à época para a campanha, percebe-se que muitas de suas pautas continuam sendo por ele defendidas ainda hoje:

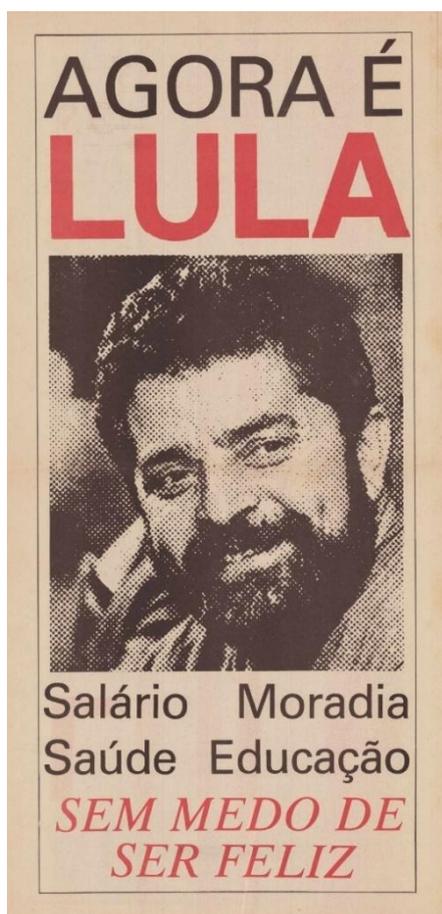


Imagem 1: Cartaz de propaganda eleitoral de Lula em 1989.

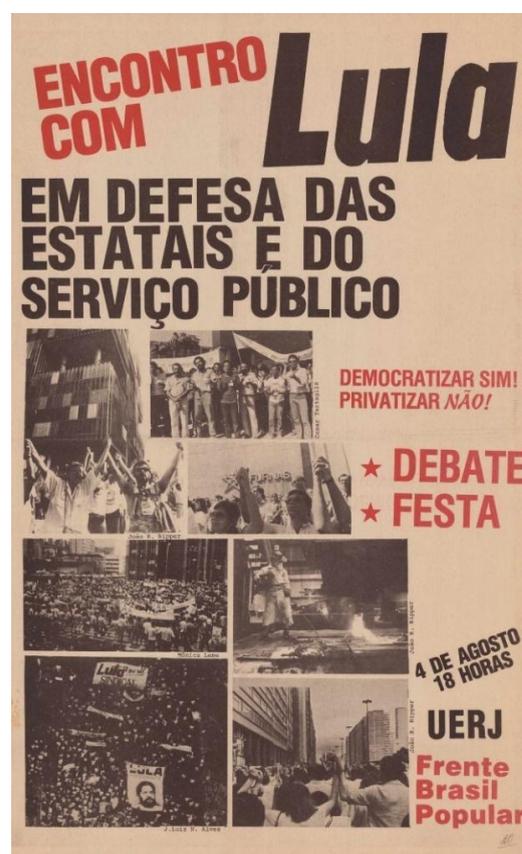


Imagem 2: Cartaz de propaganda eleitoral de Lula em 1989.

Do outro lado, Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), tinha como propostas uma série de medidas liberais para a economia e a modernização do país. A fim de associar sua imagem com o ideal de modernidade e renovação, a campanha de Collor foi voltada, pelo seu histórico, com esportes, e as mídias tradicionais favoreceram tal construção. De acordo com o jornalista Bernardo Kucinski, em seu livro "Jornalismo de Campanha - A Verdadeira Batalha Eleitoral", a Revista Veja teve um papel fundamental para a imagem de Collor como um jovem moderno, dinâmico e em sintonia com os anseios da população.

Já a Rede Globo, que concedeu ampla cobertura da campanha eleitoral, favoreceu a candidatura de Collor com reportagens e entrevistas que destacavam sua juventude, vigor e modernidade. Concomitantemente, ocultou informações negativas como sua participação em escândalos financeiros e seus supostos

vínculos com o crime organizado. Segundo o IBOPE, a Rede Globo foi o meio de comunicação mais assistido durante a campanha, sendo acompanhada por 68% dos eleitores. Na mesma linha, a revista Veja teve uma tiragem média de 2,3 milhões de exemplares na época, o que a tornava uma das publicações mais influentes do país.

Na reta final da campanha, Collor conseguiu atrair votos de uma parcela significativa do eleitorado indeciso através de uma série de acusações contra Lula, como a de que o PT planejava expropriar as poupanças dos brasileiros. Essa estratégia foi eficaz em gerar medo e incerteza entre os eleitores, favorecendo sua vitória. Informações falsas foram usadas como arma política, tal como ocorre com as *fake news* disseminadas atualmente nas redes sociais. Válido destacar que na véspera do segundo turno a maioria dos eleitores (58%) ainda estava indecisa entre Lula e Collor, segundo o Nexo Jornal.

Dois anos após tomar posse do cargo de presidente, Collor sofreu *impeachment* e tornou-se inelegível por 8 (oito) anos. Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção e medidas impopulares, como o confisco de poupanças e a adoção de um plano econômico que agravou a crise. O *impeachment* em 1992 representou um momento de grande mudança na política brasileira e consolidou o PT como uma força importante no cenário nacional.

Itamar Franco, que assumiu a presidência do Brasil após a saída de Collor, governou com alta popularidade e é considerado um dos presidentes mais importantes da história recente do Brasil devido às suas ações para estabilizar a economia e consolidar a democracia no país.

Durante seu governo, Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda e ficou responsável pela implantação do Plano Real, conjunto de medidas econômicas bem-sucedidas que enfim controlaram a inflação e estabilizaram a moeda brasileira, recuperando a confiança do mercado na economia brasileira.

Além disso, no seu governo houve a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a implementação de políticas de descentralização do poder para os estados e municípios. Ele também apoiou a criação do Mercosul, união aduaneira entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com o objetivo de promover a integração econômica na América do Sul.

Nos pleitos seguintes, Fernando Henrique Cardoso, um dos fundadores do PSDB e a ele filiado, foi eleito duas vezes seguidas (1994 e 1998). As eleições de 94 foram as primeiras desde o fim do regime militar a ocorrer em meio a um clima de estabilidade econômica. FHC foi eleito no primeiro turno com mais de 54% dos votos válidos. Em 98 o mesmo ocorreu, mas a porcentagem foi de 53% dos votos válidos.

Seu principal adversário nas duas eleições foi Lula, que obteve 28% e 32% dos votos nos anos de 94 e 98, respectivamente. Além do Plano Real, FHC promoveu privatizações de empresas estatais, reformas administrativas e fiscais, e programas sociais como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás. Seu legado na estabilização econômica e na implementação de políticas sociais foi reconhecido por muitos, mas o segundo mandato foi marcado por algumas crises, como o escândalo dos grampos telefônicos e a crise energética de 2001.

Após vencer as eleições por dois mandatos seguidos com FHC, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) foi derrotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. Contando as eleições seguintes, foram três derrotas consecutivas (2002, 2006 e 2010), mesmo impulsionando seus candidatos José Serra e Geraldo Alckmin.

Em 2002, o PSDB lançou José Serra como seu candidato nas eleições presidenciais. À época Serra já era um político experiente, havia sido prefeito de São Paulo e governador do estado, além de ter servido como ministro da Saúde e do Planejamento no governo FHC. Essa experiência política era considerada um ponto positivo para um candidato a presidente.

Todavia, a despeito de suas habilidades oratórias e de persuasão, Serra enfrentou dificuldades em se distanciar dos aspectos negativos do governo FHC e de sua política econômica, que era considerada prejudicial aos mais pobres. Além disso, houve críticas à sua postura em relação a privatizações e políticas sociais. Outro fator importante é que o PSDB enfrentava desgaste político após oito anos no poder e vários escândalos de corrupção envolvendo membros do partido.

Lado outro, Lula era uma figura conhecida e carismática, com uma longa trajetória de luta pelos direitos dos trabalhadores e que conseguiu se apresentar como uma alternativa para o país. Sua campanha em 2002 foi organizada e estruturada. Ter disputado eleições presidenciais em outras ocasiões lhe deu experiência e ajudou a construir uma base eleitoral sólida ao longo dos anos.

Também conseguiu formar uma ampla aliança política, que incluía partidos de esquerda, centristas e até mesmo alguns setores da direita, apoio que perdurou durante seus governos.

Lula venceu a eleição de 2002, segundo o TSE, com 61,27% dos votos no segundo turno, sob promessas de mudança e inclusão social, com foco na luta contra a pobreza e a desigualdade. Mas ao assumir a presidência, se deparou com dificuldades econômicas decorrentes da crise cambial e dívida externa significativa.

A crise cambial ocorreu por diversos fatores, incluindo a desvalorização da moeda brasileira, falta de confiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira e a fragilidade do sistema financeiro do país. Logo em janeiro de 2002 o Real sofreu uma forte desvalorização em relação ao dólar, o que gerou preocupações sobre a capacidade do governo brasileiro de honrar suas dívidas em moeda estrangeira. Consequentemente, houve fuga de investidores estrangeiros do país, afetando ainda mais a taxa de câmbio e agravando a crise.

Para enfrentar esses problemas foram adotadas várias medidas, como a intervenção do Banco Central no mercado cambial para estabilizar a taxa de câmbio, a renegociação da dívida externa do país e a implementação de políticas de estímulo ao crescimento econômico. Outras ações foram a criação do Bolsa Família e o aumento do salário-mínimo.

Embora a crise tenha afetado significativamente a economia, o governo conseguiu superá-la e, nos anos seguintes, o país experimentou um período de crescimento econômico e estabilidade. Enquanto o PIB cresceu 1,1% em 2002, a taxa foi de 3,7% em 2006, melhora significativa na economia. O desemprego do início do mandato era de 12%, e caiu para 9,8%, refletindo a criação de empregos. O salário-mínimo, por sua vez, aumentou 75% em 4 anos, passando de R\$200 (duzentos reais) para R\$350 (trezentos e cinquenta reais). Como resultado, a aprovação do governo de Lula cresceu significativamente durante o governo, passando de cerca de 40% no início do mandato para mais de 80% em 2006.

Diante do cenário favorável pela aprovação popular, Lula concorreu à reeleição em 2006 e venceu com 60,83% dos votos no segundo turno contra o tucano Geraldo Alckmin. Sua campanha focou em consolidar as conquistas do governo em seu primeiro mandato, com ênfase na continuação do combate à pobreza e à desigualdade.

Durante o segundo mandato, de 2007 a 2010, o governo continuou implementando políticas voltadas para a inclusão social e crescimento econômico. No entanto, foram à tona alguns escândalos de corrupção, como o caso do mensalão, que resultou na condenação de vários membros do PT e iniciou uma série de eventos que desgastaram a imagem do Partido dos Trabalhadores.

No livro *Brasil: Uma Biografia*, Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling afirmam que:

Os escândalos que viriam a minar o prestígio do PT começaram a aparecer logo no início do segundo mandato de Lula. O maior deles foi o mensalão, esquema de compra de apoio político de deputados que envolveu membros do alto escalão do partido e da administração federal. (Schwarcz, L.M. & Starling, H.M., 2015, p. 515.)

As autoras destacam ainda que mesmo em meio a problemas, Lula "se manteve popular, apesar do desgaste causado pelos escândalos, em parte graças às políticas sociais e econômicas que implementou" (p. 516). A afirmação se sustenta em dados, eis que a aprovação do governo de Lula em dezembro de 2006, imediatamente antes do fim do governo, segundo o instituto Datafolha, era de 49%, e a desaprovação apenas de 29%.

No livro "Lula e a Ascensão da Esquerda no Brasil", James N. Green, historiador e professor universitário americano especializado na história do Brasil, aborda o assunto afirmando que "embora a corrupção, o nepotismo e a falta de transparência fossem endêmicos em todos os níveis do governo, Lula manteve sua popularidade com a ajuda de uma economia robusta e de programas sociais que beneficiaram os mais pobres". Afirma ainda que especialmente as pessoas que foram retiradas da extrema pobreza ignoraram os escândalos políticos pela gratidão pelo emprego, comida e moradia (p. 285).

Em resumo, as campanhas eleitorais de Lula em 2002 e 2006 foram marcadas por promessas de mudança e inclusão social, e seus governos implementaram políticas econômicas e sociais que tiveram um impacto significativo na redução da pobreza e da desigualdade no país. Embora tenha enfrentado alguns problemas, como escândalos de corrupção, a aprovação do governo de Lula permaneceu alta durante seus dois mandatos presidenciais.

As eleições seguintes, de 2010, também tiveram o caráter de continuidade do governo Lula, mesmo que ele não pudesse ser novamente reeleito. O PT escolheu

Dilma Rousseff como candidata para suceder a Lula considerando que ela já havia atuado como ministra-chefe da Casa Civil e coordenado importantes programas sociais do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Bolsa Família.

Do lado do PSDB o candidato escolhido foi José Serra, ex-governador de São Paulo e ex-ministro da Saúde de Fernando Henrique Cardoso. O PSDB buscou capitalizar em cima de temas como a corrupção no governo PT, mensalão, e a necessidade de mudança após oito anos de governo petista. Assim, as expectativas do PSDB eram de uma eleição polarizada e disputada, com chances reais de vitória.

No entanto, Dilma Rousseff venceu a eleição com 56% dos votos no segundo turno, contra 44% de José Serra. A vitória de Dilma foi atribuída em grande parte ao legado positivo do governo Lula, que transferiu parte de sua popularidade para sua sucessora.

Mas durante seu mandato, Dilma Rousseff, primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil, enfrentou uma série de desafios econômicos, incluindo uma desaceleração econômica global, a crise financeira internacional e a queda dos preços das *commodities*. Foi necessário lutar contra a inflação e tentar impulsionar o crescimento econômico do país, o que ocorreu através de políticas fiscais e monetárias.

Não bastasse, o governo foi marcado por escândalos de corrupção, incluindo o famoso caso da Operação Lava Jato, que envolveu subornos e desvios de recursos públicos em empresas estatais. Esses escândalos afetaram negativamente a imagem do governo e contribuíram para a crise política que culminou no seu *impeachment* em 2016, fato relevante e que será abordado posteriormente.

Em termos de políticas sociais, Dilma continuou e expandiu programas iniciados por Lula, como o Bolsa Família, que ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade social no Brasil, além de implementar políticas para melhorar a educação e saúde do país, mas isso não foi suficiente para que a sua imagem, assim como a do PT, não sofresse com o desgaste dos escândalos e a insatisfação generalizada com a situação econômica.

A eleição de 2014, para a qual Dilma se candidatou à reeleição, seria a quarta tentativa do PSDB em disputar o Palácio da Alvorada, desta vez com Aécio Neves. Aécio foi escolhido em parte por sua trajetória política, que incluía experiência como

governador de Minas Gerais e senador, mas também por ser visto como um político articulado. Ante o contexto de crises, formou-se um cenário, em tese, favorável para que o PT fosse finalmente derrotado. Havia escândalos de corrupção para mencionar e insatisfação da população com a situação econômica do país para explorar.

E tais aspectos foram realmente explorados pelo candidato tucano, que de um lado atacava PT e Dilma, do outro prometia uma gestão mais eficiente da economia do país e mudanças na política de distribuição de benefícios sociais como o Bolsa Família, que acusava de ser uma política eleitoreira.

Era um ano eleitoral considerado decisivo para o país, visto a possibilidade de perpetuação de um governo do Partido dos Trabalhadores, que já completara, à época, 12 (doze) anos na presidência, ou o retorno, após tanto tempo, do PSDB ao poder executivo nacional.

De um lado, o PT defendia a continuidade dos programas sociais e econômicos implementados durante os governos Lula e Dilma, enquanto enfatizava a importância da inclusão social e da distribuição de renda. Do outro, o PSDB criticou a gestão petista, enfatizando a necessidade de mudança e busca por um modelo econômico mais liberal.

Nesse contexto, desenhou-se uma eleição marcada por ataques pessoais entre os candidatos e o início de uma ruptura que dividiu o país em duas partes, culminando em um desgaste na democracia brasileira, com participação ativa da mídia tradicional. A polarização política refletiu nas intenções de voto, que se mantiveram bastante equilibradas ao longo da campanha. Tanto Aécio quanto Dilma tiveram momentos de vantagem nas pesquisas, mas nenhum dos dois candidatos conseguiu se descolar significativamente do outro.



O cientista político Leonardo Avritzer em seu livro *O Povo Quer Mudanças: Reflexões sobre as Grandes Manifestações no Brasil* aborda o tema da polarização política a partir da análise das manifestações populares que ocorreram em todo o país em 2013. Avritzer traz que a polarização política se intensificou entre as forças políticas que representam esquerda e direita, e que essa polarização é fruto de um processo de radicalização política, no qual os diferentes grupos políticos se afastam cada vez mais uns dos outros, e os espaços de diálogo e negociação são reduzidos.

Como efeitos negativos para a democracia desse distanciamento entre os polos ideológicos, cabe citar o enfraquecimento da legitimidade das instituições, a dificuldade de formação de consensos e o aumento da violência política. Além disso, a polarização também tende a dificultar a implementação de políticas públicas e a resolução de problemas sociais.

Esse cenário polarizado ganhou força no embate entre Aécio e Dilma, que estruturaram suas campanhas políticas de 2014 mais no ataque ao adversário do que em suas efetivas propostas de governo. Tal realidade culminou, inclusive, em determinação do Tribunal Superior Eleitoral para retirada de conteúdos de redes sociais que consistiam em ataques pessoais e ofensas entre os presidentiáveis. A decisão foi tomada em resposta a um pedido do Ministério Público Eleitoral, que

argumentou que tais ataques violavam a legislação eleitoral e poderiam prejudicar o equilíbrio da disputa.

A atuação do órgão eleitoral foi controversa, sob alegação de que limitaria a liberdade de expressão e censuraria opiniões contrárias aos candidatos. Em todo caso, a competência do TSE de garantir a lisura e a igualdade da disputa eleitoral está prevista no artigo 23, inciso IX, da Constituição Federal, atribuindo competência para "zelar pela normalidade e legitimidade das eleições", e tal incumbência respaldou a decisão.

Tanto a postura de ataques e acusações entre candidatos quanto questionamentos sobre a atuação do TSE perpetuaram nas eleições seguintes, e suas consequências para a democracia serão esmiuçadas.

1.2 O RESULTADO DO SUFRÁGIO E OS ATAQUES À DEMOCRACIA

O resultado do sufrágio presidencial de 2014 no Brasil foi a reeleição da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, com 51,64% dos votos válidos, enquanto o candidato Aécio Neves, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), obteve 48,36%. A diferença de pouco mais de três pontos está entre as menores da história.

O resultado da eleição culminou em uma série de ataques à democracia e ao sistema eleitoral do país. No período, houve disseminação de teorias conspiratórias que questionavam a integridade das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições. Essas teorias, que foram amplamente divulgadas por setores conservadores e de extrema-direita, colocavam em dúvida a segurança do processo eleitoral e chegaram a propor a volta do voto em papel como alternativa.

O PSDB, partido do derrotado Aécio Neves, contestou oficialmente o resultado do pleito e pediu uma auditoria das urnas eletrônicas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para apurar se houve fraude na contagem dos votos. Depois de contratar auditores independentes para investigar o sistema de 3.500 urnas, ficou constatado que os votos foram computados corretamente.

Questionar o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas é uma forma de exercer o direito de crítica e fiscalização, o que é saudável para a democracia. No entanto, é importante que seja exercido de forma legítima. Se o sistema eleitoral é questionado

de forma sistemática e infundada, sem provas concretas e sustentáveis, e sem seguir o processo legal estabelecido para contestação de resultados, tende a minar a confiança da população nas instituições democráticas como um todo.

Além disso, quando o questionamento sobre a idoneidade das urnas eletrônicas é utilizado para deslegitimar o resultado do pleito, há uma ameaça à democracia. Isso porque um governo democrático depende da aceitação dos resultados eleitorais e da confiança nas instituições eleitorais para funcionar de forma legítima.

O cientista político Steven Levitsky, coautor do livro *Como as democracias morrem*, aborda justamente os desafios que as democracias enfrentam atualmente em razão dos reiterados discursos de deslegitimação do sistema e das instituições democráticas. No livro, Levitsky e o coautor Daniel Ziblatt argumentam que a democracia não é um sistema político estável e imutável, mas sim algo que precisa ser protegido e mantido constantemente. Eles discutem como a erosão gradual das normas democráticas pode levar a um colapso da democracia, e apresentam vários exemplos históricos de países que passaram por esse processo.

No capítulo sobre eleições, destaca-se a importância da aceitação dos resultados eleitorais para a democracia. É argumentado que quando os políticos e a população em geral não aceitam os resultados das eleições, há deslegitimação das instituições democráticas e desgaste na confiança da população nos processos eleitorais.

No Brasil, a postura do PSDB em questionar a lisura dos procedimentos eleitorais pós-eleição de Dilma deixou marcas profundas na política brasileira, contribuindo para agravar a polarização e a crise política que se abateu sobre o país nos anos seguintes.

1.3 A perpetuação dos ataques à democracia durante o segundo governo Dilma Rousseff

Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, a democracia brasileira foi alvo de uma série de ataques que culminaram no processo de *impeachment* em 2016. Desde a sua reeleição em 2014, a oposição ao governo se mobilizou para minar a autoridade de Dilma e questionar a legitimidade do seu mandato.

O Congresso Nacional, dominado pela oposição, atuou de forma agressiva contra o governo, barrando medidas importantes propostas pelo Executivo e dificultando a aprovação de leis fundamentais para o desenvolvimento do país. Em vez de buscar o diálogo e a conciliação, os partidos de oposição adotaram uma postura obstrucionista, colocando em risco a governabilidade do país.

Um exemplo concreto desse comportamento por parte da oposição foi a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 2015. Trata-se da lei que estabelece as diretrizes e prioridades para a elaboração do Orçamento da União. Ela é importante porque orienta a alocação de recursos públicos para áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura, entre outras.

Na LDO de 2015 o governo propôs medidas de ajuste fiscal para lidar com a crise econômica, incluindo cortes de gastos e aumento de impostos. A oposição, por sua vez, apresentou uma série de emendas que incluíam a ampliação de despesas obrigatórias e a redução das receitas previstas, o que iria contra o objetivo de ajuste fiscal do governo, que buscava reduzir custos e aumentar receitas.

A oposição aprovou várias emendas que comprometiam o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas. A presidente Dilma vetou tais emendas, a fim de garantir a viabilidade do ajuste fiscal e a estabilidade econômica do país. No entanto, o processo de votação das emendas e a pressão política exercida pela oposição durante a tramitação da LDO geraram incertezas e insegurança no mercado financeiro e na população em geral, afetando negativamente a economia e a confiança no governo.

Percebe-se que a atuação da oposição, nesse caso, foi contrária aos interesses públicos, pois buscou prejudicar o governo em vez de colaborar para a solução da crise econômica. Esse episódio reflete a tensão política e a dificuldade de diálogo e negociação entre o governo e oposição, corroborando a crise que se instalou no país.

A mesma postura de embate foi adotada pelo derrotado Aécio Neves, que liderou a campanha para minar a autoridade da presidente, frequentemente com discursos inflamados e agressivos. Em diversos momentos Aécio deu a entender, inclusive, que o governo de Dilma não duraria os quatro anos previstos na Constituição, sugerindo que ela seria derrubada antes do fim do mandato.

Em convenção após ser reeleito a presidente do PSDB, Aécio disse, segundo o Jornal O Globo, que “*esse grupo político que está aí caminha a passos largos para a interrupção do seu mandato*”, e, em outro momento “*ao final de seu governo, que não quando ocorrerá, talvez mais breve do que alguns imaginem [...]*”. As declarações de Aécio, que ocorreram ainda em 2015, dão o tom de arquitetura com o fim de derrubada do governo petista no ano seguinte.

A essa altura, a mídia tradicional, especialmente as revistas políticas e os telejornais, tiveram um papel importante na descredibilização do governo. Com capas tendenciosas e matérias pouco rigorosas, esses veículos de comunicação buscaram constantemente minar a credibilidade do governo e da presidente, disseminando a narrativa de que Dilma Rousseff era incompetente e incapaz de governar.

Com expressões e frases de impacto, as chamadas buscavam chamar a atenção para problemas e escândalos do governo, muitas vezes sem contextualização ou aprofundamento necessário. Além disso, a mídia também se aproveitou da crise econômica que o país enfrentava para propagar o discurso de que a única solução para o país seria a mudança de governo.

Em tal época o país passava por uma crise econômica, com alta no desemprego e queda do Produto Interno Bruto, paralelo a isto ocorria a Operação Lava Jato, investigação realizada pela Polícia Federal em casos de corrupção ativa e passiva em estatais, tal operação foi apontada como uma das causas da crise à época. Diante de tal cenário, após a eleição presidencial mais acirrada desde 1989, a reprovação ao governo começa a subir, chegando a 70%, segundo o Ibope.

Tal atuação da mídia foi fundamental para a visibilidade e aderência da população ao movimento Vem pra Rua. Este movimento ganhou força em 2015 em meio ao cenário de crise e insatisfação popular com a política de Dilma. O movimento, que foi incentivado por políticos de oposição, ganhou destaque tanto na mídia, que deu ampla cobertura às manifestações, quanto nas redes sociais, utilizadas pelos próprios manifestantes para mobilizar e convocar as pessoas para os protestos. Com uma pauta ampla e genérica, o Vem pra Rua reivindicava o fim da corrupção, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a defesa da democracia.

O sociólogo Jessé Souza, em *A Radiografia do Golpe* (2017), argumenta que o movimento Vem pra Rua foi uma das forças que atuaram em conjunto com elites

econômicas e políticas para a derrubada do governo de Dilma. Segundo o autor, o movimento foi instrumentalizado pela elite brasileira para a conquista do poder político e para a implementação de políticas que beneficiariam os interesses das classes dominantes.

Há de frisar-se a participação da mídia tradicional no desgaste à imagem de Dilma Rousseff, desgastando cada vez mais a imagem da presidente, que passou, em poucos meses de governo, a ser alvo de chances reais de cassação do mandato. Revistas tradicionais passaram a estampar em suas capas imagens da governante com frases negativas de impacto e por vezes manipulando a realidade das fotos capturadas, com incitações ao temperamento e forma de governar da presidente.



Ante aos inúmeros ataques sistêmicos e ao discurso de líderes opositores ao governo, que em diversos momentos negaram o resultado das urnas, Dilma Rousseff passou a ser alvo de um processo de cassação pautado em um discurso obtuso e misógino. Em 30 de agosto de 2016, a presidente defendeu-se através de um marcante discurso no Senado Federal:

(...) desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo. (...) estamos a um passo da

consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de Estado. (...) a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. (...) não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. (ROUSSEFF, 2016)

Em meio a esse cenário, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, se tornou um dos principais articuladores do processo de *impeachment*. Cunha, que estava envolvido em diversos escândalos de corrupção, utilizou sua posição de poder para retaliar o governo e consolidar sua influência política. Com a ajuda da oposição, Cunha conseguiu aprovar a abertura do processo de *impeachment* na Câmara, que posteriormente foi aprovado pelo Senado.

No documentário *Democracia em Vertigem* (2019), Petra Costa aborda a atuação de Eduardo Cunha no *impeachment* como uma peça fundamental do processo. Ela mostra como Cunha utilizou sua posição de poder para se proteger das investigações da Operação Lava Jato, na qual estava envolvido em diversos esquemas de corrupção.

Petra Costa também explora a relação de Cunha com figuras políticas, como Michel Temer, que assumiu a presidência após a saída de Dilma. O documentário evidencia como a atuação de Cunha foi crucial para a derrubada da presidente e como essa jogada levou ao surgimento de outras crises, como a prisão de Lula e a eleição de Jair Bolsonaro.

No caso do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, houveram diversas críticas de que o processo foi conduzido de forma questionável e politizada, sem que houvesse comprovação de crime de responsabilidade por parte da presidente. Pode ser visto, por isso, como um ataque à democracia, porque utilizado como um instrumento político sem respaldo jurídico adequado.

Conclui-se que durante o segundo governo Dilma Rousseff, a democracia brasileira foi alvo de uma série de ataques que culminaram no processo de *impeachment* da então presidente. A postura obstrucionista da oposição, liderada por Aécio Neves, e a atuação de Eduardo Cunha foram fundamentais para minar a autoridade do governo e consolidar o processo de derrubada de Dilma. O PT foi retirado do poder após quatorze anos à frente do executivo federal por um ato que muitos entendem como golpe.

2. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: A ESCALADA NO SURGIMENTO DE FAKE NEWS DIGITAIS E DISCURSOS NEGACIONISTAS

2.1 CONTEXTO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES

Em razão do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, o Brasil finalizou o mandato de 2014 a 2018 com Michel Temer como presidente do país. Os dois anos de governo Temer foram marcados pelo foco na recuperação da economia do país, redução da taxa de juros, queda da inflação e equilíbrio das contas públicas.

Entre junho de 2016 e março de 2018, a taxa básica de juros da economia brasileira, conhecida como Selic, teve uma redução significativa, saindo de 14,25% para 6,50%, de acordo com dados do Banco Central. Ao mesmo tempo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a taxa oficial da inflação, também apresentou uma queda expressiva, passando de 9,32% para 2,76% no mesmo período, segundo a Agência Brasil.

Mas, embora o governo Temer tenha tido êxito em algumas medidas econômicas, enfrentou diversas crises políticas e sociais que afetaram sua popularidade e estabilidade. O governo teve dificuldades para lidar com a oposição no Congresso Nacional, não conseguindo apoio político suficiente para aprovar várias propostas, em diversos momentos necessitando ceder a pressões de parlamentares em troca de votos. O próprio partido do presidente, o PSDB, não deu um apoio unânime ao governo, o que demonstrava a fragilidade da gestão.

O mandato de Temer também foi abalado por denúncias de corrupção envolvendo membros do governo e o próprio presidente. Em maio de 2017, o então diretor-geral da Polícia Federal, Rodrigo Janot, enviou uma denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) acusando Temer de corrupção passiva, com base em uma gravação feita pelo empresário Joesley Batista, da JBS. Na gravação, Temer supostamente teria dado aval para a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, que estava preso pela Operação Lava Jato, segundo o Jornal El País.

Também foram feitas denúncias contra outros membros do governo, como os ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Eduardo Alves, que foram presos em 2017 por envolvimento em casos de corrupção. Em 2018, o ministro da Secretaria de

Governo, Carlos Marun, foi alvo de inquérito para apurar esquema de fraudes no Ministério do Trabalho, envolvendo liberação de registros sindicais.

Todas essas denúncias geraram grande instabilidade política no governo de Temer, que teve dificuldades em lidar com as acusações e em manter a base de apoio no Congresso Nacional. O presidente chegou a ser denunciado duas vezes pela Procuradoria-Geral da República, mas ambas as denúncias foram barradas pela Câmara dos Deputados.

Também em 2018, ocorreu uma greve de caminhoneiros que durou cerca de 10 dias, motivada principalmente pelo aumento constante no preço dos combustíveis, especialmente do diesel, que afetou diretamente a categoria dos caminhoneiros autônomos, responsáveis pelo transporte de grande parte da produção do país. Foi um dos maiores desafios enfrentados pelo governo Temer.

A paralisação revelou a insatisfação da população com a política de preços dos combustíveis da Petrobras, que acompanhava as variações do mercado internacional. Além disso, a greve expôs a fragilidade do governo em lidar com movimentos sociais e a crise política que se arrastava desde o *impeachment* de Dilma Rousseff. A greve teve um impacto significativo na popularidade do governo, que já vinha enfrentando uma série de desafios políticos e econômicos.

Em termos de aprovação, a gestão Temer foi uma das mais impopulares da história recente do país. Pesquisa realizada pelo Ibope em junho de 2018 apontou 79% de reprovação ao governo, com apenas 4% de aprovação.

Apesar da perda da presidência, o PT manteve a mobilização de sua base social, realizando diversos protestos e manifestações contra as políticas implementadas pelo governo Temer, assumindo uma posição de oposição ferrenha. A legenda protestou sobre a retirada de direitos sociais e trabalhistas, bem como a falta de legitimidade do novo governo. Também apoiou a greve dos caminhoneiros mencionada, protestando contra a política de preços dos combustíveis implementada pelo governo.

No entanto, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018 abalou profundamente o PT. Lula era o favorito nas pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais daquele ano, mas sua prisão o impediu de concorrer. Mesmo com sua prisão em 7 de abril, ao final de agosto Lula liderava as intenções de voto com 39% das intenções, contra 19% de Jair Bolsonaro, segundo a Revista

Exame. Nesse cenário, o partido enfrentou dificuldades para definir um candidato forte para substituí-lo e acabou lançando Fernando Haddad, que foi derrotado por Jair Bolsonaro.

O contexto de insatisfação popular com o governo abriu espaço para o surgimento de novas lideranças políticas, como Jair Bolsonaro. Pode-se afirmar que ele foi um dos principais beneficiados pela crise do PT e mau governo de Temer. Tanto o Partido dos Trabalhadores quanto o PSDB perderam muito de seu capital político durante anos de crise e escândalos. Nesse cenário, os eleitores desencantados com a política tradicional passaram a buscar alternativas, o que favoreceu o crescimento de Bolsonaro e outros candidatos com discurso semelhante.

2.2 ASCENSÃO DE BOLSONARO E ANTIPETISMO

É necessário, antes de adentrar na análise sobre o crescimento da figura de Bolsonaro, entender como a polarização política e a reiteração de discursos ideológicos de direita e esquerda foram desenhados nos últimos anos no Brasil.

Válido estabelecer o sentido de ideologia como a gama de ideias que moldam a visão de mundo e que justificam a forma como um indivíduo ou grupo de pessoas pensam as relações políticas e sociais. Nesse sentido, pertinente transcrever a conceituação dada pelo sociólogo John B. Thompson:

Ideologia é um **conjunto de crenças, valores e atitudes que servem para justificar e/ou promover determinados interesses e práticas sociais**. Pode ser composta de ideias políticas, religiosas, culturais, econômicas ou outras, e é frequentemente utilizada para legitimar a dominação de um grupo sobre outro na sociedade. A ideologia pode ser manifestada em discursos, leis, instituições e práticas sociais. (THOMPSON, 1995, p. 19).

O estudo muito bem estruturado desenvolvido por Fuks e Marques sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018 permite o entendimento sobre como as ideologias esquerda-direita sofreram alterações, com o tempo, em seu nível de influência no voto do brasileiro. Os autores trazem a ideia de que após 2002 com a primeira vitória de Lula e ascensão do PT ao poder, os eleitores deixaram de identificar diferenças ideológicas significativas entre os partidos políticos brasileiros, ainda que se declarassem de esquerda ou de direita. As principais causas seriam a

continuidade pelo PT da política econômica do PSDB e o envolvimento do PT em escândalos de corrupção.

Por não identificar diferenças ideológicas significativas entre diferentes políticos e partidos, afinal, o PT que tinha uma proposta de contrariar a política tradicional passa a ser identificado como semelhante aos demais, os eleitores deixam de ter um “voto ideológico” no sentido dado por Carreirão, isto é, possuindo um conjunto de opiniões políticas coerentes (um sistema de crenças estruturado) e conhecendo a posição dos candidatos e seus partidos, o eleitor escolhe o representante mais próximo de suas próprias posições.

Essa dissipação entre ideologia e voto se estende até 2014, mas a partir de 2018, especialmente pela campanha eleitoral que levou à vitória de Jair Messias Bolsonaro contra Fernando Haddad, o caminho foi o contrário: ideologia e voto se tornaram um só.

Tradicionalmente, os termos "direita" e "esquerda" referem-se a posições políticas opostas e distintas em relação à organização da sociedade e da economia. A direita geralmente se associa a valores como o liberalismo econômico, o conservadorismo social, a defesa do livre mercado e do individualismo, além da ênfase na autoridade e na hierarquia. Por outro lado, a "esquerda" costuma ser identificada com a defesa da igualdade social, a justiça social, a luta contra a exploração e a opressão, além do papel ativo do Estado na economia e na sociedade.

No entanto, durante as eleições de 2018 no Brasil, esses termos foram usados de forma mais ampla e muitas vezes confusa, com pouca aderência aos significados tradicionais. A polarização política foi caracterizada por discursos que enfatizavam emoções, especialmente medo, em detrimento de políticas ou ideias concretas.

Nesse contexto, direita e esquerda foram frequentemente associadas a posições em relação a questões como corrupção, segurança pública, defesa da família, ética na política, nacionalismo, comunismo, entre outros temas. Embora as ideias de direita e esquerda tenham sido consolidadas historicamente como posições políticas bem definidas, durante as eleições brasileiras esses termos foram usados em contextos com pouca relação com os significados tradicionais.

A direita foi reformulada com a percepção sobre si se ser a favor dos costumes, de Deus e da família, contra as drogas, a favor de uma segurança pública mais eficiente e mais punitivista, contra os programas sociais, como bolsa família e cotas, capitalista, nacionalista, anticomunista, contra a corrupção, entre outros valores. Bolsonaro, e, portanto, seus apoiadores, os bolsonaristas, assumiram os pontos mencionados como valores, e associavam o contrário à esquerda, aos vinculados ao PT e apoiadores de Lula.

Para essa direita, então, os não-bolsonaristas seriam os que não acreditam em Deus e querem destruir a família, que fazem apologia às drogas, à ideologia de gênero, ao aborto, que apoiam a criminalidade e o desemprego, que são a favor da corrupção e do comunismo.

Os que se posicionaram como de esquerda defendiam as liberdades individuais e direito de escolha no âmbito pessoal, o que inclui liberdade religiosa, mas atuação laica do Estado, a liberdade sexual, igualdade entre os gêneros, legalização do aborto, fim da guerra às drogas, a favor do desarmamento e de uma criminologia voltada para ressocialização, de um Estado mais presente no papel de promover oportunidades e igualdades por meio de políticas públicas, entre várias outras defesas.

A esquerda promoveu a rotulação de quem se considerava de direita como intolerantes e preconceituosos, machistas, a favor da ditadura, autoritários e elitistas, massa de manobra de empresários, entre outros.

Todas as rotulações que generalizam ou que radicalizam um discurso têm seu descrédito. O que se vê desde 2018 é que a ideia de esquerda foi associada a ser comunista e petista, ao passo em que ser de direita é apoiar Bolsonaro, ser a favor de uma ditadura e propagar discursos de ódio. Tais associações não são imperativas, mas foram abraçadas como instrumento para gerar aversão à oposição.

Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt discute como as propagandas políticas não se limitam a disseminar informações ou ideias, também buscam moldar a percepção da realidade pelos indivíduos, criando uma realidade fictícia que se sobrepõe à realidade concreta. Para isso, são utilizadas técnicas de simplificação e estereotipagem.

A propaganda tende a explorar emoções e os instintos humanos, evocando sentimentos de medo, ódio e raiva para desencadear reações emocionais que

dificultam a reflexão crítica. Arendt destaca que a propaganda reduz a complexidade do mundo a uma narrativa simplificada e maniqueísta, em que há apenas o bem e o mal, o amigo e o inimigo.

De acordo com o que Hannah Arendt explica, é possível compreender a conveniência em simplificar grandes discursos e rotulá-los de maneira que não há discussão, razão, nem ponderação de ideias, apenas apoio ou oposição.

Por essa conjuntura, o antipetismo foi um dos principais pilares da política de direita no Brasil. Simplificando a esquerda a petista, comunista, a favor da corrupção e contra os costumes, a figura de Bolsonaro se destacou como alternativa para combater tudo isso, apresentando-se como candidato antissistema, anticorrupção e contrário ao que ele mesmo chamou de "ideologia de esquerda".

Antes de 2018, muitos eleitores brasileiros não se identificavam com nenhuma ideologia política específica e votavam mais em candidatos individuais do que em partidos. No entanto, como mencionado, houve um retorno ao voto ideológico, com os eleitores escolhendo candidatos que representassem suas crenças sociais e políticas.

O cientista político Jairo Nicolau, em *Eleições no Brasil: Do Império aos Dias Atuais*, analisa o papel da ideologia nas eleições presidenciais de 2018:

A eleição presidencial de 2018 foi marcada por uma polarização política ideológica não vista em décadas. (...) O PT e Jair Bolsonaro se tornaram os dois principais polos da eleição e representaram, respectivamente, a esquerda e a direita. O antipetismo foi o principal elemento catalisador da campanha de Bolsonaro e também o elemento que mais uniu seus apoiadores. (NICOLAU, 2019, p. 206) .

Outro autor que aborda a ascensão de Bolsonaro e a polarização política é o sociólogo Jessé Souza, em seu livro *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Segundo Souza, a vitória de Bolsonaro foi uma expressão da "cultura do ódio" e do "antipetismo raivoso", que se manifestou em um "discurso de ódio" contra a esquerda e os movimentos sociais.

A chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil foi um fenômeno complexo que envolveu vários fatores políticos, econômicos e sociais. Mas em linhas gerais, podemos dizer que se deu principalmente em função do desencanto dos brasileiros com a política tradicional e a corrupção generalizada, bem como do

seu discurso populista e conservador, que apelava para sentimentos de raiva e insatisfação com a situação do país.

Bolsonaro possui uma vida política antiga. Iniciou sua carreira política como vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1989, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em seguida, foi eleito deputado federal em 1991, cargo que ocupou por sete mandatos consecutivos até 2018, quando se candidatou à Presidência da República.

Bolsonaro ganhou notoriedade por suas declarações polêmicas e controversas em relação a temas como direitos humanos, segurança pública e política externa, e se consolidou como uma das vozes mais influentes da extrema-direita, atraindo significativo número de seguidores nas redes sociais e em eventos públicos.

A campanha presidencial de Bolsonaro começou oficialmente em agosto de 2018, quando se registrou como candidato pelo Partido Social Liberal (PSL). As redes sociais foram amplamente utilizadas por ele para se comunicar diretamente com seus eleitores e criar uma base de apoiadores leais, sem depender dos canais tradicionais de mídia. Sua campanha foi marcada por forte apoio de grupos conservadores, evangélicos e militares, que viram em Jair um líder capaz de enfrentar as supostas ameaças representadas pela esquerda, pelos movimentos sociais e pelas minorias.

As intenções de voto para Bolsonaro começaram a crescer significativamente a partir de setembro de 2018, após o atentado que sofreu durante um comício em Juiz de Fora (MG). A partir desse momento, ele passou a ser visto por muitos eleitores como um símbolo de resistência contra a violência e a corrupção que afetavam o país.

Em resumo, a ascensão de Bolsonaro em 2018 pode ser vista como um resultado da polarização política e do retorno ao voto ideológico. O antipetismo desempenhou um papel fundamental nesse processo, impulsionando a candidatura de Bolsonaro e consolidando-o como uma figura de direita.

2.3 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS NOTÍCIAS E DISCURSOS DEMAGÓGICOS NO PERÍODO ELEITORAL DE 2018

As redes sociais e os grupos de WhatsApp foram palcos importantes para a formação da base eleitoral bolsonarista. Especialmente Facebook, Twitter e Instagram, desempenharam um papel crucial na campanha presidencial de Bolsonaro em 2018, permitindo que ele alcançasse um grande público sem depender da mídia tradicional.

Grupos de WhatsApp e Telegram se tornaram um importante canal de comunicação entre Bolsonaro e seus eleitores, permitindo que sua mensagem chegasse a milhões de pessoas de forma direta e rápida em razão do encaminhamento em massa de mensagens. Esse uso estratégico das redes sociais e WhatsApp ajudou a criar uma base eleitoral forte e engajada.

Pode-se dizer que a maioria dos eleitores que apoiaram a campanha de Bolsonaro sentiram-se parte de um movimento, apoiando não apenas o candidato, mas uma causa que consideravam necessária para o país. Essa sensação de pertencimento e identificação com a figura de Bolsonaro foi alimentada pela comunicação mais direta e pessoal que o candidato criou com os seguidores.

A ideia de pertencimento a um grupo, de que estavam unidos por uma causa, também foi explorada pela escolha do slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", significativa expressão dessa causa maior, que transcendia a figura do candidato e apelava para valores morais e patrióticos.

Por si, o contato mais direto entre candidato e eleitores não é um problema. Aliás, é interessante que o canal entre o povo e seus representantes seja o mais direto quanto possível. Todavia, a comunicação direta carrega consigo a impertinência de não ter as informações filtradas. A mídia tradicional, ainda que possa ser tendenciosa, realiza um filtro entre o que é verdade ou não.

Na campanha de Bolsonaro, foi expoente a disseminação de fatos distorcidos ou inexistentes. Em razão do rápido compartilhamento das informações, a quantidade de pessoas que eram alcançadas pelas mensagens disseminadas era enorme, sendo que poucas se preocupavam com a veracidade das informações.

Percebendo que tal recurso poderia ser utilizado – repassar informações distorcidas – a campanha bolsonarista foi pautada no que ficou conhecido como *fake*

news, ou seja, notícias falsas ou informações enganosas que são divulgadas de forma intencional para influenciar a opinião pública e obter ganhos políticos ou ideológicos.

Partindo para as principais características das *fake news*, cinco se destacam: conteúdo sensacionalista, ausência de fontes confiáveis, uso de desinformação, propagação em massa, apelo emocional e intenção pré-determinada.

Sensacionalismo é uma postura de comunicação que objetiva chamar atenção, causar choque, e assim instigar o interesse de quem se depara com o conteúdo. Materiais sensacionalistas envolvem exagero, imagens chocantes, apelo emotivo, interpretações tendenciosas e, na era da *internet*, também há o *clickbait* - títulos ou manchetes com informação incompleta, a fim de obrigar o leitor a acessar o conteúdo para realmente entender do que se trata.

Acompanha o sensacionalismo, a ausência de fontes confiáveis para sustentar as informações. Como as notícias falsas são criadas a partir de informações vagas, imprecisas ou completamente inventadas, não há fonte confiável que as respalde. Conseqüentemente, tornam-se difíceis de serem verificadas e confirmadas ou refutadas, o que aumenta a desinformação e a possibilidade de propagação de informações falsas.

A desinformação, por sua vez, é divulgação intencional de informações falsas ou imprecisas, com o objetivo de enganar ou manipular a opinião pública. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, o termo costuma ser usado para se referir a tentativas deliberadas frequentemente orquestradas, para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas.

As notícias e informações geralmente visam despertar alguma emoção no leitor, seja por meio de imagens impactantes ou de narrativas emocionais, tornando-o mais suscetível a colocar de escanteio a razão, assim confiando e compartilhando o que viu.

Principalmente quando se trata de *fake news* no âmbito da política, há sempre intenção de favorecer ou prejudicar alguma figura ou grupo. Vê-se que quando as *fake news* se tornam arma política, diversos candidatos tornam-se alvo de campanhas difamatórias e notícias falsas nas redes sociais. A intenção é criar uma narrativa negativa em relação ao oponente, gerando um clima de hostilidade e aversão a ele.

Por fim, uma das características mais importantes sobre as *fake news* é sua propagação em massa. Com o advento das redes sociais e aplicativos de mensagens, essas informações falsas se espalham de maneira muito rápida e alcançam muitas pessoas em pouco tempo. Ademais, essa propagação é potencializada pelos algoritmos das redes sociais, que tendem a mostrar mais conteúdos semelhantes ao que já foi visto ou compartilhado anteriormente pelo usuário.

Dessa forma, uma pessoa que tem o hábito de compartilhar notícias falsas acaba recebendo mais informações falsas por sugestão do próprio algoritmo das redes sociais, o que reforça a crença nessas informações enganosas e contribui para a disseminação das notícias pelo usuário com convicção de que se trata de verdade.

2.3.1 *Fake news* disseminadas em 2018

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos em parceria com a Worldwide Independent Network of Market Research em 2018, mostrou que o Brasil é um dos países que mais acredita em *fake news*. De acordo com o levantamento, 62% dos brasileiros entrevistados confessaram já ter acreditado em notícias falsas, o que coloca o país em primeiro lugar em um ranking de 27 nações pesquisadas.

Foi nesse cenário que a campanha eleitoral de Bolsonaro se desenvolveu. *Fake news* de diversas naturezas foram disseminadas entre os eleitores, sempre com a intenção de falsear a realidade e favorecer uma narrativa pré-determinada. As principais notícias falsas carregam consigo chamadas e conteúdos apelativos e sensacionalistas, não possuem indicação de fonte e geralmente colocam o compartilhamento da informação como necessário.

A fim de esmiuçar algumas das *fake news* mais exploradas nas eleições de 2018, serão abordadas duas, escolhidas em razão de sua grande disseminação, pela intenção por trás de sua criação, e por terem sido abertamente citadas pelo candidato Bolsonaro durante seus pronunciamentos. São elas: ameaça comunista e existência de uma ideologia de gênero.

Ameaça Comunista foi uma narrativa construída durante a Guerra Fria, período em que os Estados Unidos lideravam uma política internacional

anticomunista em todo o mundo. No Brasil, essa narrativa foi utilizada para justificar ações autoritárias por parte das elites políticas e econômicas, que alegavam estar combatendo uma suposta ameaça marxista no país. À época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era uma força política significativa no Brasil.

Em 1964, quando um golpe militar derrubou o governo democraticamente eleito de João Goulart e instaurou uma ditadura, que durou até 1985, a ameaça comunista foi usada como pretexto para a repressão a qualquer forma de oposição política.

Pode-se dizer que nunca houve uma ameaça comunista real no Brasil, pois o PCB nunca foi uma força capaz de tomar o poder por meio de uma revolução armada. Apesar dessa realidade, muitas de suas lideranças foram presas, torturadas e exiladas durante a ditadura. A falsa narrativa serviu como justificativa para a violação dos direitos humanos e políticos de opositores, contribuindo para a manutenção do autoritarismo por mais de duas décadas.

Ressalta-se ainda que o modelo econômico adotado pelo Brasil durante a ditadura era baseado em uma aliança com o capitalismo internacional, o que tornava a ideia de uma ameaça comunista ainda mais irreal. Esse cenário se repete na atualidade, pois a narrativa de imposição de comunismo é totalmente descolada do nível de complexidade da sociedade capitalista em que os brasileiros estão inseridos.

A despeito disso, essa narrativa foi utilizada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, atrelando os candidatos oponentes a uma ameaça comunista, com o intuito de desabona-los. Em seus comícios, Bolsonaro citava com frequência os candidatos de esquerda de forma agressiva, atribuindo-lhes falsas condutas relacionadas ao comunismo, sendo tal retórica baseada em conspirações e preconceitos, sem qualquer relação com a realidade política e social do país.

Nesse sentido, é possível relacionar o anticomunismo com a banalização do mal, conceito desenvolvido por Hannah Arendt para descrever a forma como indivíduos comuns tornam-se cúmplices de atos terríveis em contextos de regimes autoritários. Cometem, e não se opõem aos outros cometendo atrocidades, mas sem necessariamente terem consciência do mal que estão causando. Arendt argumenta que isso ocorre quando as pessoas abdicam de sua responsabilidade

moral sem questionar o que é imposto, assim contribuindo para a perpetração de crimes contra a humanidade.

No caso do anticomunismo, a banalização do mal manifesta-se na aceitação acrítica de discursos de ódio e demonização de indivíduos e grupos que são rotulados como "comunistas", sob o pretexto de proteger a democracia e a liberdade. Na prática, contudo, o anticomunismo se torna um instrumento de controle social, desencoraja o ativismo político e as críticas ao *status quo*.

Ressalta-se que o PT, assim como outros partidos de esquerda, não tem como objetivo a implementação do comunismo. Ser de esquerda não implica necessariamente em ser comunista, existem diversas correntes ideológicas dentro da esquerda, cada uma com suas próprias propostas e objetivos. Ademais, nunca foi uma pauta do PT a implementação de tal sistema ideológico.

O sociólogo Jessé de Souza, em *A Elite do Atraso*, aponta que essa *fake news* foi criada com o objetivo de desviar a atenção da população dos problemas reais do país, como a desigualdade social e a corrupção. Além disso, foi utilizada como um instrumento de manipulação por parte da elite brasileira, que teme a ascensão de governos comprometidos com a justiça social e a distribuição de renda.

Tal situação se enquadra no que Hannah Arendt desenvolve sobre mentiras políticas e instrumentos de figuras autoritárias para legitimar-se. Ela argumenta que os regimes totalitários simplificam as narrativas e transformam ideias complexas em slogans e frases de efeito para manipular a opinião pública. Utilizam a repetição incessante dessas ideias simplificadas para criar uma espécie de realidade alternativa na mente das pessoas, em que a verdade é substituída pela propaganda oficial.

Alerta ainda que esse processo é perigoso porque as pessoas que se deixam levar por essas narrativas simplificadas perdem a capacidade de pensar criticamente e avaliar as informações de forma independente, e acabam aceitando as mentiras e as versões distorcidas dos fatos como verdadeiras, o que permite que os regimes totalitários exerçam um controle absoluto sobre a sociedade.

No Brasil, os principais partidos de esquerda, dentro dos quais se inclui o Partido dos Trabalhadores, propõe um governo social, ou Estado de bem-estar social, que busca garantir aos cidadãos um conjunto de políticas públicas que assegurem o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, moradia e

seguridade social. Um governo social também busca promover a justiça social por meio de políticas de redistribuição de renda, visando reduzir as desigualdades econômicas e garantir um nível de bem-estar mínimo para toda a população. Nesse sentido, o objetivo do governo social é garantir que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades iguais e a uma qualidade de vida digna.

Por outro lado, o comunismo é um sistema político, econômico e social baseado na ideia de que todos os meios de produção devem ser de propriedade coletiva, sem distinção de classes sociais. No comunismo, o Estado é abolido e as decisões são tomadas coletivamente, com o objetivo de garantir a igualdade econômica e social. Pode-se considerar o comunismo como uma utopia política que nunca foi plenamente realizada, mas que inspirou diversas revoluções ao longo da história.

A principal diferença entre um governo social e o comunismo é que, enquanto o primeiro busca garantir um nível mínimo de bem-estar social por meio de políticas públicas e redistribuição de renda, o segundo busca estabelecer uma sociedade completamente igualitária e sem classes sociais. Enquanto o governo social se baseia na ideia de que o Estado tem o dever de intervir para corrigir as desigualdades econômicas e sociais, o comunismo propõe a eliminação do Estado e a organização coletiva da sociedade.

Diante do explanado, pode-se concluir que a promoção de um governo social e com políticas públicas de distribuição de renda e assistência aos mais pobres não se opõe ao capitalismo, e em nada se mistura com comunismo. Portanto, não há fundamento em temer o comunismo no Brasil.

Mesmo assim, foi uma das principais *fake news* utilizadas para atacar a candidatura de Fernando Haddad, que na época concorria à presidência pelo PT. E surpreendentemente, de acordo com o IPEC, 44% dos brasileiros assumiram que acreditam no risco do país se tornar comunista.

A outra *fake news* que foi muito disseminada, e que também se enquadra como um tipo de mentira política, é a existência de uma ideologia de gênero que pretende a sexualização das crianças. Ideologia de gênero tornou-se um termo utilizado por grupos conservadores para se referir a uma série de conceitos e práticas relacionados à igualdade de gênero e diversidade sexual, em substituição do termo científico e acadêmico identidade de gênero.

Para os conservadores, a identidade de gênero visa uma doutrinação ideológica que comprometeria a educação e formação de jovens, além de ser uma ameaça ao que seria chamado de família tradicional (homem cisgênero, mulher cisgênero e filhos), por pregarem a pluralidade de gênero e a igualdade entre eles.

Os conservadores também costumam ser contrários a políticas públicas que promovem a inclusão e a diversidade, como as políticas de educação sexual e de gênero nas escolas. Eles acreditam que essas políticas são uma forma de "doutrinação ideológica" que busca promover a "agenda LGBT" e a "sexualização precoce" das crianças.

Essa visão dos conservadores sobre a ideologia de gênero é baseada em premissas equivocadas e não tem qualquer base científica. A ideologia de gênero não é uma doutrinação ideológica, mas sim um conceito teórico utilizado para compreender como os papéis de gênero são construídos socialmente e como isso afeta a vida das pessoas. As políticas de inclusão e diversidade também são importantes para promover a igualdade e o respeito aos direitos humanos, e não têm qualquer relação com a promoção da "homossexualização" ou da "sexualização precoce".

O "kit gay" foi uma das cartas utilizadas pelos conservadores para legitimar sua oposição às discussões sobre gênero e sexualidade. Trata-se de uma *fake news* decorrente da teoria conspiratória que surgiu no Brasil em 2016 durante o debate público sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que são políticas públicas voltadas para a melhoria do ensino no país.

A ideia por trás dessa teoria conspiratória é que o governo estaria promovendo a sexualidade para crianças nas escolas por meio de um suposto "kit gay". A história se espalhou rapidamente pelas redes sociais e mídias tradicionais, apesar de não haver qualquer evidência de que tal "kit gay" existisse ou fosse promovido pelo governo. A grande disseminação decorreu do grande furor por parte dos grupos conservadores e religiosos, que se opõem a políticas de inclusão e diversidade na educação

Na realidade, a expressão "kit gay" surgiu no Brasil em referência a um material educativo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2011 com o objetivo de combater a discriminação e a violência contra pessoas LGBT na escola.

O material, que não foi divulgado ao público em geral, consistia em cartilhas, vídeos e outros recursos que seriam distribuídos aos professores para auxiliá-los na abordagem do tema da diversidade sexual em sala de aula.

Seu nome original, bem como a ideia, é ser um “kit anti-homofobia”. Foi uma iniciativa do governo da época, liderado pela presidente Dilma Rousseff, em resposta a demandas de grupos LGBT e defensores dos direitos humanos, que apontavam a necessidade de medidas para combater o preconceito e a violência contra a população LGBT. No entanto, a iniciativa acabou causando controvérsia e críticas de setores conservadores da sociedade, que alegavam que o material seria uma espécie de “kit gay”, que ensinaria práticas homossexuais e incentivaria a sexualidade precoce. Como resultado da pressão e da disseminação desses boatos, o governo Dilma decidiu suspender a distribuição do material em 2011. Desde então, o projeto ficou parado.

Vale ressaltar que a ideia de que o kit anti-homofobia seria um material que incentivaria a sexualidade precoce ou a homossexualidade é completamente falsa e infundada. O objetivo do material era justamente o oposto: sensibilizar os professores e os alunos para o respeito à diversidade sexual, prevenir a discriminação e a violência nas escolas e promover a educação para a cidadania.

Ao olharmos para o combate conservador à “ideologia de gênero”, também podemos identificar elementos que se aproximam da noção de banalização do mal de Arendt. Ao se opor à “ideologia de gênero”, os conservadores negam a existência do gênero como uma construção social e cultural, negando a existência das identidades não hétero cis normativas. Essa negação resulta em uma desumanização das pessoas que não se encaixam nos padrões binários de gênero, impedindo que possam viver de forma plena e autêntica.

A banalização do mal, nesse caso, consiste em normalizar discursos discriminatórios e opressores, assim como a intolerância e o preconceito. A retórica conservadora muitas vezes tem um tom alarmista, como se a simples existência de pessoas LGBTQIA+ representasse uma ameaça à sociedade e aos valores tradicionais, perpetuando a cultura de opressão e desigualdade.

Além disso, ao rejeitar qualquer diálogo sobre questões de gênero e sexualidade, impede-se o avanço de pautas importantes, criando uma barreira para

discussões sobre a sexualidade na juventude e combate à violência sexual infantil. É exatamente o que ocorreu com o kit anti-homofobia.

Ao disseminar o medo de uma suposta ameaça à "família tradicional" e à "moralidade", os conservadores validam discursos de ódio que atacam grupos já minoritários e marginalizados. Há uma desumanização dessas pessoas, culminando em ainda mais violência e exclusão social.

Vê-se que as *fake news*, ainda que tenham uma finalidade essencialmente política, impactam a sociedade de maneira profunda, e muitas vezes culminam em situações irremediáveis. É especialmente preocupante quando as *fake news* versam sobre temas sensíveis, como identidade de gênero, ou buscam deslegitimar movimentos que lutam por igualdade e justiça social.

Nesse sentido, a reflexão de Hannah Arendt sobre a banalização do mal se mostra relevante. Quando a mentira se torna algo comum e aceitável na esfera política, ela pode criar um clima de desconfiança e descrença que mina a própria democracia, propiciando o crescimento de figuras autoritárias, tudo com base na manipulação e distorção da realidade.

2.4 A VITÓRIA DE JAIR BOLSONARO

Após um período eleitoral marcado pela polarização política e uma guerra de notícias falsas, Bolsonaro conseguiu a vitória para o cargo de presidente com 55% dos votos válidos em um segundo turno contra o candidato Fernando Haddad, do PT, que obteve 44%. Após a vitória, Bolsonaro fez um discurso de agradecimento em que enfatizou a necessidade de unir o país e afirmou que seu governo seria comprometido com a democracia e a liberdade.

Enquanto os apoiadores comemoraram sua eleição como uma vitória da "direita patriota" e da luta contra a corrupção, os opositores se preocuparam com a ascensão de um líder autoritário e antidemocrático. Havia temor de que seu posicionamento sobre questões como os direitos LGBTQIA+, igualdade de gênero, direitos sociais, violência policial e a proteção ambiental representassem uma ameaça para a democracia e os direitos humanos.

Os quatro anos de governo Bolsonaro, no entanto, foram marcados por inúmeros eventos que não somente desgastaram a imagem de Jair, como

aumentaram exponencialmente a insatisfação da população com a situação política e econômica do país, culminando em uma campanha eleitoral ainda mais acirrada do que a que o elegeu em 2018.

3. ELEIÇÕES DE 2022: O PRIMEIRO PRESIDENTE NÃO REELEITO

Para melhor compreender o que levou à derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 para o, até então, ex-presidente Lula, é necessário analisar como se desenvolveu o seu governo entre 2018 e 2022. É importante mencionar que na história política do Brasil, foi a primeira vez que um presidente se candidatou para reeleição e foi derrotado.

A eleição de Bolsonaro como presidente em 2018 marcou uma mudança significativa na política brasileira. Após quatro eleições seguidas serem vencidas pelos candidatos lançados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o discurso de ser um político “antissistema” garantiu sua vitória com 55% dos votos válidos. Suas principais promessas eram o combate à corrupção, violência e recessão econômica. Mas a despeito das pautas serem abraçadas pelo eleitorado, tiveram peso significativo a insatisfação com a “política tradicional” e o uso das mídias sociais durante a campanha.

A derrota de Fernando Haddad simbolizou a falta de credibilidade do PT perante a população, confirmando que enraizada a mentalidade antipetista. Ao mesmo tempo, os partidários do liberalismo econômico e grupos a favor de reformas estruturais, como no sistema tributário e previdenciário, vislumbraram, após quase uma década e meia, a possibilidade de avançarem em suas pretensões políticas tendo um líder do executivo favorável aos seus interesses.

Mas os quatro anos com Bolsonaro no poder foram suficientes para que boa parte de seu eleitorado tivesse as convicções abaladas. Após um mandato de poucas promessas cumpridas, crise econômica e política intensificadas pela pandemia do coronavírus e vários escândalos de corrupção, o cenário já desfavorável ao então presidente foi ainda mais abalado pela liberdade e candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a sair vencedor nas eleições de 2022.

3.1 O BRASIL APÓS QUATRO ANOS DE GOVERNO BOLSONARO

3.1.1 Economia de Paulo Guedes e as promessas não cumpridas

O presidente Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil com a promessa de implementar políticas econômicas liberais e reduzir o tamanho do Estado. Para liderar essa agenda econômica, nomeou Paulo Guedes como seu Ministro da Economia. A expectativa dos apoiadores era que fosse dada continuidade às pautas econômicas de Michel Temer, que em dois anos de governo aprovou a reforma trabalhista, a Lei da Terceirização, entre outras medidas na área econômica.

As promessas de Paulo Guedes captaram muitos eleitores para Bolsonaro, esperançosos na melhora da economia. Contudo, a distância entre prometido e a realizado foi muito distante.

Contrariando as promessas, a única grande reforma estrutural aprovada durante o governo Bolsonaro foi a Reforma da Previdência, que alterou regras de aposentadoria e pensão no país. Teve relevância também a aprovação da Lei da Liberdade Econômica, que tornou as atividades empresariais um pouco menos burocráticas, mas políticas maiores e que foram promessas na campanha, como a privatização de estatais e redução da carga tributária, não foram cumpridas.

A agenda de privatizações, muito explorada por Paulo Guedes, que, segundo o Jornal Correio Braziliense, prometeu o levantamento de ao menos R\$1 trilhão com elas, foi um fracasso. A desestatização dos Correios e Petrobras, super esperada pelos eleitores, ficaram no papel. A única grande estatal privatizada foi a Eletrobras, que só ocorreu no quarto ano de mandato.

Outra promessa ambiciosa era de zerar o déficit fiscal em um ano, mas as contas do governo federal fecharam com rombo de R\$95,1 bilhões, segundo o Valor Globo. As críticas a Paulo Guedes, assim como a Bolsonaro, foram enormes, pois a pressão para implementar políticas econômicas eficazes não bastou para que fossem postas em prática.

Um dos empecilhos, e muito explicitado pela mídia, eram os conflitos entre as próprias equipes econômicas do governo. Em diversas ocasiões o presidente se posicionava contrariamente aos posicionamentos do ministro Paulo Guedes, criando a impressão de inconsistência e instabilidade na relação, visto que o esperado eram

posicionamentos consoantes. Além disso, não foi criada uma relação de apoio com o Congresso Nacional, dificultando medidas que dependiam da aprovação no Legislativo.

Para contornar tais dificuldades, Guedes recorreu ao que ele mesmo chamou de “reforma administrativa invisível” para conter gastos com pessoal e reduzir os custos com os órgãos do Estado. Foram reduzidas as taxas de reposição de aposentados, muitos serviços públicos unificados ou digitalizados e congelados os salários do funcionalismo público.

Além disso, ainda em 2019 foi anunciado o contingenciamento de verbas da educação. Universidades e institutos federais, assim como os programas de bolsa de estudos foram afetados. Os cortes também atingiram hospitais universitários, responsáveis pelo atendimento de pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde).

As críticas às medidas mencionadas foram inúmeras, e conseqüentemente, muitos eleitores até então convictos sobre Bolsonaro e sua equipe serem a melhor alternativa para o governo demonstraram sua insatisfação. Isso porque alterações em educação e saúde, serviços básicos e que atingem uma enorme parcela da população, impactam muito a sociedade.

Não é possível ignorar que um grande desafio em várias áreas do governo foi a pandemia da COVID-19, que na economia afetou o Brasil de forma significativa, pois culminou em altíssimo desemprego e inflação. Entretanto, mesmo excluindo as despesas com medidas relacionadas à crise sanitária, ainda assim foram gastos R\$ 300 bilhões acima do teto.

As poucas promessas econômicas efetivamente cumpridas, as cinco exceções ao teto orçamentário aprovadas durante os quatro anos de governo, assim como a existência do chamado “orçamento secreto” são fatores que desestabilizaram o apoio ao governo Bolsonaro. A quebra de expectativas quanto à melhora no cenário econômico do país impactou a percepção do eleitorado, e podem ser consideradas de grande relevância para as intenções de voto no ano de 2022.

3.1.2 O isolamento político de Bolsonaro

Desde o início do seu mandato, Jair Bolsonaro enfrentou certo nível de isolamento político, principalmente em relação aos outros poderes da República e a líderes políticos de outras legendas.

A saída de Bolsonaro do PSL, partido pelo qual foi eleito, teve um impacto significativo em sua base de apoiadores. A saída do PSL contribuiu para um certo afastamento de líderes de direita que estavam alinhados com ele até então, mas que não concordaram com a forma como foi conduzida sua desfiliação.

Ao deixar o PSL, Bolsonaro tentou criar um partido, o Aliança pelo Brasil, mas não conseguiu viabilizá-lo. Com isso, o presidente ficou sem uma legenda que pudesse oferecer uma base sólida no âmbito Legislativo. A falta de um partido forte e coeso no Congresso e a ausência de apoio de outras legendas deixou Bolsonaro em uma posição de fragilidade política, uma vez que não contava com o apoio necessário para a aprovação de projetos de interesse do governo.

Sua dificuldade para manter uma boa relação com os parlamentares também se justifica pela sua postura sempre polêmica e agressiva e falta de habilidade para negociações políticas. Como resultado, em 2020, por exemplo, ele sofreu uma série de derrotas no Congresso, incluindo a derrubada de vetos presidenciais, a não aprovação de medidas de interesse do governo e a indicação de nomes para cargos importantes.

Não bastasse tudo isso, o Ministro da Justiça Sérgio Moro, que à época tinha alta popularidade, se demitiu após divergências referentes a supostas interferências do Presidente na Polícia Federal, e não sem antes dar uma entrevista comprometedoras sobre as pretensões do presidente sobre a direção do órgão.

Moro não foi, contudo, o único ministro que deixou o cargo. Em março de 2022 o Governo Bolsonaro já acumulava quase 28 trocas de ministros.

Outra saída marcante foi a de Luiz Henrique Mandetta do Ministério da Saúde. Os embates entre ministro e Presidente quanto a vacinação e o isolamento social no combate ao coronavírus tornaram inevitável a substituição de Mandetta.

Por divergências em relação à forma de lidar com a pandemia do coronavírus, Bolsonaro também enfrentou um distanciamento de governadores de estados e prefeitos de grandes cidades. Sua postura negacionista em relação à pandemia de

Covid-19 foi de encontro às providências de vários governantes, e a disputa de poder abalou bons relacionamentos.

Para concluir sua falta de relacionamento com todos os Poderes, Bolsonaro se empenhou em reiteradamente criticar os órgãos do Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral. As críticas de Bolsonaro são voltadas especialmente para a “interferência no Poder Executivo” por parte de alguns ministros “contrários” a ele.

Os ataques de Bolsonaro chegaram a ser criticados pela ONU. A ex-presidente chilena Michelle Bachelet, à frente do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU na época da declaração, destacou que um chefe de Estado deveria respeitar os outros Poderes, completando que “podemos não concordar com decisões tomadas pelos outros poderes a afirmar isto se for necessário, mas é preciso respeitá-los”.

Os aspectos mencionados são apenas alguns dos fatores que dificultaram a governabilidade de Bolsonaro durante seus quatro anos como presidente do país. Apesar da independência entre os Poderes, é imprescindível que haja entrosamento entre as figuras que, dentro de suas competências, exercem atividades decisórias. Por ignorância ou falta de habilidades, ou ambos, Bolsonaro conseguiu oposição com Legislativo, Judiciário e até mesmo dentro do próprio âmbito Executivo, fato que favoreceu as crises no governo e dificultou um cenário favorável à sua reeleição.

3.1.3 A pandemia do coronavírus e a postura antivacina do Governo Federal

A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que teve origem na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Desde então, a doença se espalhou rapidamente pelo mundo, culminando em uma pandemia.

No Brasil, o primeiro caso confirmado de COVID-19 foi registrado em 26 de fevereiro de 2020. Desde então, o número de casos e mortes aumentou significativamente, colocando o sistema de saúde brasileiro em situação crítica. Para conter a propagação do vírus, medidas de lockdown foram adotadas. Houve fechamento de estabelecimentos comerciais e restrições à circulação de pessoas,

mas a falta de coordenação nacional levou a uma abordagem fragmentada e desigual entre estados e municípios.

A postura do governo federal durante a pandemia foi amplamente criticada. O presidente minimizou a gravidade do coronavírus e se opôs ao uso de máscaras e ao distanciamento social, além de incentivar o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra o vírus, como foi o caso da cloroquina e ivermectina.

Em abril de 2021, foi divulgado que o governo federal teria recusado, por e-mail, ofertas de vacinas da Pfizer em agosto e setembro de 2020. Essa notícia também gerou muita revolta, visto que a recusa à oferta de vacinas se deu quando o país estava enfrentando uma escalada da pandemia.

Ainda em abril foi instaurada a CPI da Pandemia, apresentada pelo senador Renan Calheiros, que alegou que a negligência do governo com a compra dos imunizantes, atrasando o processo de vacinação da população, provocou ao menos 12 mil mortes evitáveis no início de 2021. Também foi apontada uma suposta cobrança de propina no valor US\$1 dólar por dose de vacina em uma negociação envolvendo 400 milhões de doses da vacina Astrazeneca.

Em março e abril de 2021, foram registrados casos de perda de doses de vacinas em algumas cidades do país, devido ao armazenamento inadequado. Essa perda de doses foi atribuída a problemas na logística de distribuição e armazenamento das vacinas, que não foram mantidas na temperatura correta.

Durante toda a crise, o presidente Bolsonaro fez pronunciamentos polêmicos, sempre menosprezando a dimensão da pandemia e a importância da vacinação.

Durante evento em São Simão (GO) em março de 2021, quando a contagem de mortes pela COVID-19 no Brasil estava em 260.970, Bolsonaro se posicionou contra as medidas de combate a covid, dizendo: “Temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura e de mimimi. Vão ficar chorando até quando?”.

Em janeiro de 2022, dez meses depois, quando as mortes subiram para 622.801, Bolsonaro disse que o número de mortes de crianças por covid era “insignificante” em conversas com jornalistas em Eldorado (SP): “Tem que levar em conta se elas tinham comorbidade também”, a fim de argumentar que não havia urgência na vacinação de crianças.

De acordo com o Ibope, em dezembro de 2019, antes do início da pandemia, ao responder à pergunta “o(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o

presidente Jair Bolsonaro está governando o Brasil?”, 41% aprovavam, e 53% desaprovavam. Em junho de 2021, em meio à pandemia, a aprovação caiu para 30%, e a desaprovação subiu para 66%.

Pode-se concluir que a forma de lidar com a pandemia desestabilizou a força do governo perante a população, levando o presidente a perder muitos de seus eleitores.

3.2 CAMPANHA ELEITORAL DE 2022 E O RETORNO DE LULA

Um dos maiores acontecimentos políticos durante o governo Bolsonaro foi a libertação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2019. Lula havia sido condenado por corrupção e lavagem de dinheiro no ano anterior e, desde então, sua prisão e possível candidatura presidencial em 2022 haviam sido temas de muita controvérsia e debate político. A anulação de sua condenação foi celebrada pelos apoiadores e levantou a possibilidade de que participasse nas próximas eleições.

Na falta, pela esquerda, de uma figura que centralizasse votos o suficiente para concorrer com Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva foi o único recurso possível. Ele era a única figura com força suficiente para evitar o que ocorreu em 2018 com Fernando Haddad e Ciro Gomes, e que muito prejudicou a esquerda: a divisão de votos entre dois candidatos.

Lula obteve sucesso em reunir uma frente ampla de forças políticas e sociais empenhadas em retirar Bolsonaro da presidência e diminuir a gerência da direita sobre o país. A escolha de incluir Geraldo Alckmin como vice-presidente foi muito importante para selar uma aliança política com lideranças e partidos do centro e da centro-direita no espectro ideológico da sociedade brasileira. Percebe-se que enquanto Lula buscou incluir diferentes forças políticas em torno de sua candidatura, Bolsonaro se manteve firme em sua base eleitoral de direita e extrema-direita.

Lula apresentou como principal discurso a defesa da democracia e efetivação dos direitos sociais, criticando a política econômica do governo Bolsonaro e propondo a implementação de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade social, como o retorno do auxílio emergencial e o aumento do salário-mínimo. Também indicou a necessidade de retirar Bolsonaro da presidência como forma de combater os discursos de ódio e *fake news*.

Já Bolsonaro, repetiu boa parte de seu discurso de 2018, ressaltando o combate à esquerda e a suposta ameaça comunista, à ideologia de gênero, defendendo valores conservadores e uma pauta moral baseada em princípios religiosos. Ademais, fortaleceu os discursos de fraude nos procedimentos eleitorais e de intervenção parcial do Tribunal Superior Eleitoral nas campanhas eleitorais.

3.3 ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL: NARRATIVA PARA A RUPTURA COM O SISTEMA DEMOCRÁTICO

A corrida eleitoral para as eleições de 2022 no Brasil foi marcada por uma intensa disputa política e narrativas de descredibilização do sistema eleitoral brasileiro por parte da direita bolsonarista. As acusações de fraude eleitoral por parte do presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores foram intensas, gerando polêmicas e tensão no cenário político nacional.

Em maio de 2021, Bolsonaro declarou que o atual sistema eleitoral brasileiro é "fraudulento" e que o país não terá eleições limpas em 2022. Segundo ele, as urnas eletrônicas são vulneráveis a fraudes e, por isso, defendeu a volta do voto impresso.

Um ponto importante a ser destacado é a falta de evidências que sustentem as acusações de fraude eleitoral e a falta de segurança do sistema brasileiro. As urnas eletrônicas são utilizadas no país desde 1996 e são objeto de frequentes auditorias e testes de segurança que atestam sua confiabilidade e segurança.

As críticas de Bolsonaro se intensificaram após o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) abrir um inquérito para investigar a disseminação de notícias falsas e os ataques ao sistema eleitoral nas redes sociais. Bolsonaro e seus apoiadores acusaram o TSE de censura e ameaçaram a realização das eleições caso não haja a implementação do voto impresso.

Esse discurso se insere em um contexto global de fragilização das democracias liberais e ascensão de líderes populistas autoritários, que utilizam estratégias semelhantes para minar as instituições democráticas. Pode-se dizer que há uma onda mundial de ataques à democracia e de questionamento das instituições. Trump, na eleição americana, já colocou em dúvida a lisura do pleito. Na

Itália, Berlusconi fez o mesmo. Na Hungria, Orbán. É uma tática voltada a minar as instituições e reforçar o populismo autoritário.

Esses líderes frequentemente apelam para o discurso de que as elites políticas são corruptas e ineficientes, e que as instituições democráticas estão sendo controladas por uma minoria privilegiada que não representa o interesse do povo.

Em entrevista ao jornal O Globo, o cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel ressaltou que essa estratégia foi utilizada por Jair Bolsonaro na campanha de 2018. Para ele, "é uma estratégia que tem se mostrado muito eficaz na criação de um clima de tensão e instabilidade, que acaba por favorecer a ascensão de líderes autoritários".

Afirmou ainda que a narrativa de fraude eleitoral é uma estratégia de Bolsonaro para justificar uma eventual derrota nas eleições de 2022 e buscar apoio popular para uma ruptura institucional. Segundo ele, é uma narrativa extremamente perigosa por colocar em xeque as bases do regime democrático, que são a soberania popular e a vontade do eleitorado. Em suma, é uma maneira de antecipar a desculpa para um eventual fracasso eleitoral e construir um ambiente que seja favorável à tentativa de uma ruptura institucional.

Válido lembrar que em 2018 Bolsonaro afirmou que somente seria derrotado se houvesse fraude. Em seus próprios termos: "isso só pode acontecer (sua derrota), por fraude não por voto, estou convencido".

Para "contornar" este possível cenário, apoiadores de Bolsonaro têm defendido a intervenção militar, sugerindo que o atual sistema político brasileiro é corrupto e que só uma intervenção militar poderia solucionar a crise política. Mas apesar dos esforços, em outubro de 2022, a 10 dias do segundo turno das eleições presidenciais, apenas 5% dos brasileiros apoiavam a ditadura, de acordo com o Datafolha. Para 11% dos entrevistados, a opinião era de que tanto faz entre ditadura e democracia.

Sempre relevante lembrar que a defesa da intervenção militar vai contra os princípios democráticos e constitucionais do Brasil. O país viveu um período de ditadura de 1964 a 1985 que deixou um legado de violações dos direitos humanos e supressão das liberdades democráticas. A defesa da intervenção militar é uma ameaça à democracia e aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros.

Em suma, os ataques ao sistema eleitoral brasileiro foram uma estratégia usada por apoiadores de Bolsonaro para minar a credibilidade das eleições de 2022, o que serve tanto ao propósito de rejeitar um cenário de derrota, quanto justificar a instauração de um regime autoritário, que em tese teria a finalidade de garantir a lisura das instituições.

3.4 DERROTA DE BOLSONARO E ATAQUES ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Após uma disputa acirradíssima, Luiz Inácio Lula da Silva venceu com 50,9% dos votos e Jair Bolsonaro, que teve 49,1%. Foi a votação com menor diferença de votos entre vencedor e perdedor após a redemocratização do país. Também teve como inédito o fato de que o candidato ocupante da presidência não conseguiu se reeleger, o que nunca havia ocorrido na política brasileira.

Após a divulgação do resultado das eleições, houve manifestações em diversas partes do país por parte dos apoiadores de Bolsonaro, que questionavam a legitimidade do pleito e exigiam uma revisão dos votos. As manifestações foram marcadas, principalmente, pelos bloqueios de avenidas e rodovias. Também foram estabelecidos acampamentos ao redor de quartéis do Exército.

As manifestações se justificavam por alegações de fraude eleitoral, e pleiteavam, conseqüentemente, recontagem de votos, pedidos de anulação das eleições, *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apoio a Bolsonaro como um líder legítimo e intervenção militar.

A população não engajada nas manifestações, em geral criticou e reprovou as manifestações consideradas golpistas. Os bloqueios rodoviários provocaram descontentamento em diversos setores, porque impediram o direito de ir e vir de trabalhadores, acesso a aeroportos, perda de alimentos, desabastecimento de combustíveis e remédios, entre várias outras repercussões. Em pesquisa de dezembro de 2022 realizada pelo Datafolha, 75% dos brasileiros eram contra os atos golpistas.

O ápice das manifestações se deu com a invasão e depredação da sede dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023. Aparentemente inspirados pela

invasão ao Congresso Nacional dos Estados Unidos ocorrida em janeiro de 2021, quando apoiadores de Donald Trump invadiram o Capitólio em Washington e causaram danos significativos ao prédio e a bens públicos, grupos que não aceitaram a derrota de Bolsonaro invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Os atos foram acompanhados ao vivo tanto pelas emissoras de televisão quanto pelos próprios manifestantes, que registraram e compartilharam a depredação do patrimônio público. A estimativa é que os prejuízos com a destruição promovida ultrapassem R\$ 20 milhões de reais.

Após tal ato violento e de puro vandalismo, que destruiu patrimônio público insubstituível e que simbolizou um grande desrespeito aos Poderes que representam a democracia, o STF determinou, dentre várias outras providências, o desmonte dos acampamentos bolsonaristas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desocupação de vias públicas, coleta de imagens de câmera de segurança e localização e identificação de pessoas envolvidas nos atos considerados terroristas.

O presidente eleito, Lula, em reação à invasão, disse que “cada pessoa que participou do golpe [atos do dia 08 de janeiro] vai ser julgada, vai ter direito a presunção de inocência que eu não tive, mas nós não deixaremos de julgar cada um dos golpistas”. Ainda completou: “nesse país não existe espaço para nazista, para fascista e para quem não gosta de democracia”.

Bolsonaro, diante de tudo, apenas reconheceu a derrota e pediu o desbloqueio de rodovias, nenhum posicionamento firme o suficiente para convencer seus seguidores a respeitar o resultado das urnas.

4. IMPACTOS DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E SISTEMA ELEITORAL DO PAÍS

Por todo o histórico apresentado nos capítulos anteriores, percebe-se que as últimas eleições brasileiras foram marcadas por um cenário muito diverso do que já vivenciado anteriormente. O uso da *internet* e redes sociais como instrumento de campanha favoreceram o uso da desinformação e das *fake news* como arma eleitoral.

A problemática das *fake news* é que quando atingem grande escala – tal como ocorreu no Brasil – podem gerar uma distorção da realidade e da percepção da sociedade sobre determinados temas. Além disso, criam um ambiente de desconfiança e hostilidade em relação à imprensa, Justiça, órgãos eleitorais, e demais instituições democráticas, minando a confiança da população.

Isso facilita o surgimento de regimes autoritários, na qual há uma figura que centraliza a credibilidade, a única “digna de confiança”. Por meio da criação de narrativas falsas, tornam-se justificáveis medidas autoritárias, como a restrição de direitos civis e políticos. É uma situação em que a dominação e violência exercidas pelo regime totalitário são legitimadas pelos próprios governados.

Hannah Arendt discute a importância da manipulação da informação para os regimes totalitários sustentando que a propaganda totalitária unifica e atomiza a população. A unificação é obtida pela liquidação de todas as formas de livre associação na sociedade e pela destruição de todas as classes e grupos não integrados no sistema de dominação. A atomização é obtida pelo enfraquecimento das instituições e das tradições, que são as principais fontes de resistência à opressão, e pela manipulação da opinião pública através de técnicas de propaganda que criam a ilusão de participação e de escolha.

Ela destaca ainda que a verdade factual é um elemento essencial da política democrática, já que a construção da opinião pública depende do acesso à informação e da possibilidade de debate público. Diante disso, alerta para o perigo do que chama de “mentiras políticas”, ou seja, as afirmações falsas que são propagadas com o objetivo de manipular a opinião pública e consolidar o poder. Para ela, a mentira política é diferente da mentira comum na medida em que é propagada com uma intenção clara de manipulação e é sustentada por uma rede de interesses políticos e econômicos.

A disseminação de *fake news* e desinformação nas eleições pode ser interpretada como uma forma contemporânea da mentira política descrita por Arendt. Ainda sobre mentira política:

A mentira política, na medida em que ela afeta questões públicas, não é apenas uma questão privada de caráter ou de consciência individual, mas **constitui o fenômeno mais relevante para o funcionamento dos negócios públicos.** [...] Não é a mentira compulsiva, nem a mentira inventada, nem mesmo a mentira consciente e deliberada, mas a mentira política que é o objeto da nossa preocupação aqui. Essa é uma mentira que

está no cerne da atividade política e que não pode ser evitada por aqueles que desejam participar dela e, ao mesmo tempo, manter a integridade e a honestidade intelectual. [...] **O mundo de mentiras políticas é caracterizado não só pela uniformidade ideológica, mas também pela completa dominação dos interesses políticos e econômicos sobre todas as outras esferas da vida.** (ARENDRT, Hannah. "Crises da República". São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 14-15).

Ela alerta que a mentira política não pode ser evitada pelos participantes da vida política, mas defende que é possível resistir a ela por meio da manutenção da integridade e da honestidade intelectual.

Considerando os temas abordados anteriormente, é possível concluir que a disseminação de *fake news* e a utilização de estratégias políticas baseadas em desinformação e mentiras representam um grande risco para a democracia e as instituições que a compõem. Ao espalhar informações falsas e difamar adversários políticos, a classe política brasileira e seus apoiadores contribuem para o enfraquecimento da confiança na democracia e na capacidade das instituições de tomar decisões fundamentadas em fatos e evidências.

Além disso, a propagação de teorias conspiratórias e o uso de discursos de ódio e intolerância alimentam a polarização política e levam a confrontos cada vez mais violentos entre grupos antagônicos. Esse cenário ameaça a estabilidade do país e a capacidade dos cidadãos de exercerem seus direitos democráticos de forma pacífica e respeitosa.

A polarização é um fenômeno que tem feito parte da política brasileira nos últimos anos, e tanto polarização quanto intolerância política são para Hannah Arendt indícios de ruptura do sistema democrático. A polarização política extrema tende a levar a uma incapacidade de diálogo e cooperação, o que pode minar a estabilidade democrática.

Arendt discute que a polarização é resultado da fragmentação da sociedade e da perda de um senso de unidade, o que leva à busca por soluções simplistas e extremas para problemas complexos. Cria-se assim um terreno fértil para o surgimento de movimentos totalitários que exploram a insatisfação popular e promovem uma falsa sensação de união em torno de uma causa supostamente superior.

O cientista político Francis Fukuyama, em seu livro *Identidade: A demanda por dignidade e a política do ressentimento*, argumenta que a polarização política é

resultado da crescente fragmentação das identidades individuais e coletivas, onde a competição econômica e a mudança cultural geram ansiedade e medo.

Arendt pontua sobre essa fragmentação das identidades que a sociedade moderna se caracteriza pela dissolução das tradições e valores comuns, levando ao isolamento e à falta de sentido da existência humana. Esse enfraquecimento das bases culturais da sociedade abre caminho para a manipulação da opinião pública por meio da propaganda e da criação de uma falsa sensação de unidade.

É possível relacionar a sensação de medo e ansiedade apontados por Fukuyama com as constantes crises pelas quais o Brasil passou nas últimas décadas. Tanto os inúmeros escândalos de corrupção e articulações políticas desfavoráveis à população quanto às diversas crises econômicas instauraram sobre os brasileiros uma insatisfação constante, combinada com incertezas e ausência de boas expectativas sobre o futuro do país.

Concomitantemente, a alteração nas relações pessoais e sociais, representativas da ruptura com tradições culturais e religiosas, e em estruturas sociais-econômicas enraizadas, se aproxima do que Arendt aponta como dissolução das tradições e valores comuns.

Os dois fatores mencionados, sem exclusão de outros precedentes igualmente complexos, favoreceram o surgimento e ascensão da figura de Bolsonaro, que supriu tanto a necessidade de reaver ideais considerados tradicionais, quanto a carência pela sensação de pertencimento a uma causa, a um movimento com boas perspectivas para o futuro.

Por meio de mentiras políticas, Bolsonaro junto à direita conseguiram convencer a população da existência de uma realidade perigosa e ameaçadora, para a qual a única salvação era eleger o candidato disposto a combatê-la. Apenas Bolsonaro, sendo cristão, conservador, favor da família e dos bons costumes, estaria disposto e seria capaz de combater a corrupção do país, a ameaça comunista, o avanço das pautas LGBTQIA+ capazes de destruir a família, e os ataques à Igreja.

Tudo foi arquitetado para que junto à criação das falsas narrativas, a confiança da população fosse transferida para justamente a figura que as cria. Instalou-se no país a sensação de desconfiança em relação às mídias tradicionais e às próprias instituições democráticas. Com a impossibilidade de averiguar a veracidade de informações, afinal não há fontes confiáveis, só vale o que a única

figura digna de confiança diz, conferindo a ela liberdade irrestrita para forjar qualquer cenário.

Essa crise no Brasil ameaçou instituições democráticas de todas as esferas. Tribunais, Congresso Nacional, a própria Polícia Federal, foram hostilizados e descredibilizados durante o governo Bolsonaro, que em diversos pontos de sua presidência sentiu liberdade para insinuar o retorno de uma ditadura militar e um governo autoritário.

Quanto à reversão desse quadro, Hannah Arendt propõe que a solução para a recuperação da democracia não pode ser buscada simplesmente no restabelecimento das instituições tradicionais. Ela argumenta que é necessário ir além disso e reconstruir a esfera pública, que é o espaço onde as pessoas se encontram e dialogam, formando uma comunidade política que é essencial para a vida democrática.

Arendt acredita que é preciso reconstruir a esfera pública de maneira que ela permita a participação ativa dos cidadãos na vida política, de forma que estes possam sentir-se responsáveis pela construção da sua própria realidade política e pela tomada de decisões que afetam suas vidas. É preciso incentivar a participação dos cidadãos nas atividades políticas cotidianas, promovendo o debate e o diálogo aberto e livre entre eles. Essas medidas são importantes para reconstruir a confiança dos cidadãos na democracia e na sua própria capacidade de participação ativa na vida política.

CONCLUSÃO

A partir de uma retrospectiva de fatos históricos e políticos ocorridos no Brasil nas últimas décadas, especialmente no tocante ao eterno embate entre posicionamentos ideológicos de esquerda e de direita, pretendeu-se analisar os principais discursos das figuras de maior relevância em cada eleição presidencial entre 2014 e 2022.

O objetivo da análise foi comparar a postura dos candidatos e os instrumentos de campanha por ele utilizados com as contribuições de Hannah Arendt sobre política, especialmente mentiras políticas e banalização do mal. O trabalho se desenvolveu no momento pós eleições presidenciais de 2022 no Brasil, cujo cenário foi marcado pela disseminação de *fake news* e discursos negacionistas, bem como reivindicações e ameaças de intervenção militar.

A conclusão a partir do estudo realizado é de que as narrativas políticas de direita, especialmente as veiculadas em nome do bolsonarismo, quase levaram o país a uma ruptura com a democracia. Pela perspectiva de Hannah Arendt, foram observadas a desvalorização da política, pela frustração das pessoas com a situação do país, a emergência de um líder que promete soluções simples para problemas complexos, a manipulação da opinião pública e também a tentativa de supressão da oposição.

Tudo citado são etapas para o processo gradual que tende a culminar com o rompimento da democracia e de suas instituições. Diante disso, enfatiza-se que a preservação da democracia requer a valorização da política e das instituições, a proteção da liberdade de expressão e da imprensa livre, o combate à disseminação de *fake news* e discursos de ódio, além da promoção da educação cívica e crítica da população.

É essencial compreender que a banalização do mal e as mentiras políticas não são fenômenos isolados, mas sim parte de um processo que pode levar a consequências irreversíveis para a sociedade e a democracia. Portanto, é fundamental que se fomente o diálogo, o respeito às diferenças e a construção de consensos em prol do bem comum, em vez da polarização e da fragmentação social que tanto fragilizam a democracia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Veja fatos que marcaram os dois anos do governo Temer.**

Agência Brasil, 16 mai. 2018. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer>. Acesso em: 06 mai. 2023.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. **44% dos brasileiros pensam que o país pode se tornar comunista, aponta Ipec.** Aventuras na História, 10 de março de 2021.

Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/44-dos-brasileiros-pensa-que-o-pais-pode-se-tornar-comunista-aponta-ipecc>. Acesso em: 9 de maio de 2023.

AVRITZER, Leonardo. **O Povo Quer Mudanças: Reflexões sobre as Grandes Manifestações no Brasil.** Editora Civilização Brasileira, 2013.

BBC. **Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil.**

UOL Economia, 30 mai. 2018. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>. Acesso em: 7 mai. 2023.
<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARREIRÃO, Y. S. **“Identificação ideológica e voto para presidente”.** Opinião Pública, Campinas, vol. 8, nº 1, p. 54-79, 2002.

CARTA CAPITAL. **A polêmica intervenção do TSE na eleição.** CartaCapital, São Paulo, 24 out. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-polemica-intervencao-do-tse-na-eleicao-5257/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

CARTA CAPITAL. **ONU critica ataques de Bolsonaro ao Judiciário e às urnas eletrônicas.** Carta Capital, 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/onu-critica-ataques-de-bolsonaro-ao-judiciario-o-e-as-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

CNN BRASIL. **Lula diz que cada envolvido em invasão das sedes de poderes em Brasília será julgado.** CNN Brasil, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-que-cada-envolvido-em-invasao-das-sedes-de-poderes-em-brasilia-sera-julgado/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CNN BRASIL. **Prejuízo com atos criminosos nas sedes dos três poderes pode chegar a R\$ 20 milhões.** CNN Brasil, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/prejuizo-com-atos-criminosos-nas-sedes-dos-trs-es-poderes-pode-chegar-a-r-20-milhoes/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CONJUR. **TSE instaura inquérito e envia notícia-crime ao STF contra Bolsonaro.** [S.l.], 2 ago. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-02/tse-instaura-inquerito-envia-noticia-crime-stf-bolsonaro>. Acesso em: 08 maio 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. **Privatizar as estatais poderia render R\$ 1,25 trilhão, diz Guedes.** Correio Braziliense, 13 mar. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/13/internas_economia,742782/privatizar-as-estatais-poderia-render-r-1-25-trilhao-diz-guedes.shtml. Acesso em: 07 mai. 2023.

CORREIO DO POVO. **PF vê envolvimento de Temer e ministros em corrupção, diz jornal.** Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/pf-v%C3%AA-envolvimento-de-temer-e-ministros-em-corrup%C3%A7%C3%A3o-diz-jornal-1.240875>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

COSTA, Petra. **Democracia em Vertigem**. [Filme-documentário]. Brasil: Netflix, 2019.

DATAFOLHA. **Datafolha: 75% dos brasileiros são contra atos golpistas**.

CartaCapital, São Paulo, 13 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/datafolha-75-dos-brasileiros-sao-contra-atos-golpistas/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

EL PAÍS BRASIL. **Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato**, 27 de junho de 2017.

Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html. Acesso em: 6 de maio de 2023.

EXAME. **Oposição reage a vídeo em que Bolsonaro convoca para ato**. Exame, São Paulo, 03 mai. 2023. Disponível em:

<https://exame.com/brasil/oposicao-reage-a-video-em-que-bolsonaro-convoca-para-ato/>. Acesso em: 04 mai. 2023.

EXAME. **Preso, Lula tem 39% de intenções de voto; sem Lula, Bolsonaro tem 22%**. Exame, 10 abr. 2018. Disponível em:

<https://exame.com/brasil/preso-lula-tem-39-de-intencoes-de-voto-sem-lula-bolsonaro-tem-22/>. Acesso em: 07 mai. 2023.

FAUSTO, Boris. **Transição política e frustração no Brasil**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

FOLHA DE S. PAULO. **Aprovação do governo Lula cresce e chega a 71,1%, diz pesquisa CNT/Sensus**. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u102703.shtml>. Acesso em: 28 jul. 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Datafolha: apoio à democracia atinge recorde no Brasil às portas do 2º turno**. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-apoio-a-democracia-atinge-recorde-no-brasil-as-portas-do-2o-turno.shtml>. Acesso em: 07 mai. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. **Em último ano, Lula alcança maior aprovação.** Folha Online, 29 dez. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/853129-em-ultimo-ano-lula-alcanca-maior-aprovacao.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PIB cresce 1,5% em 2002 e frustra expectativas.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2802200302.htm#:~:text=Soma%20dos%20bens%20e%20servi%C3%A7os,%25%20a%201%2C6%25>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FUKS, Mario. MARQUES, Pedro Henrique. **“Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018”**. Opinião Pública, vol. 26, no. 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.

FUKUYAMA, Francis. **Identidade: A demanda por dignidade e a política do ressentimento.** Tradução de Luís Carlos Borges. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

G1 ECONOMIA. **Crescimento do PIB em 2006 é revisado para 3,7%.** G1, São Paulo, 29 mar. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,MUL15124-5599,00.html#:~:text=O%20principal%20indicador%20sobre%20a,crescimento%20de%202%2C9%25>. Acesso em: 25 abr. 2023.

G1. **Aprovação do governo Bolsonaro cai para 23% e reprovação sobe para 50%, aponta pesquisa Ipec.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/24/aprovacao-do-governo-bolsonaro-cai-para-23percent-e-reprovacao-sobe-para-50percent-aponta-pesquisa-ipecc.html>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

G1. **Governo Bolsonaro já acumula quase 30 trocas de ministros desde 2019; veja lista.** G1, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/28/governo-bolsonaro-ja-acumula-quase-30-trocas-de-ministros-desde-2019-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 7 mai. 2023.

G1. **Governo Bolsonaro tem aprovação de 29% e reprovação de 38%, diz pesquisa Ibope.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/20/governo-bolsonaro-tem-aprovacao-d-e-29percent-e-reprovacao-de-38percent-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

G1. Governo Temer tem aprovação de 4% e reprovação de 79%, diz pesquisa Ibope. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

G1. Veja trechos da decisão de Moraes que determina fim de acampamentos golpistas. G1, São Paulo, 09 jan. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/09/veja-trechos-da-decisao-de-moraes-que-determina-fim-de-acampamentos-golpistas.ghtml>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GREEN, James N. **Lula e a Ascensão da Esquerda no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 2010.

IBGE. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em 25 de abril de 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Taxa de desocupação. Brasil. Período trimestral. 1º trimestre de 2002 a 4º trimestre de 2006.** Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>. Acesso em: 25 abr. 2023.

IPSOS. **Global Advisor: fake news [online]**. Ipsos, 2022. Disponível em:

<https://www.ipsos.com/pt-br/global-advisor-fake-news>. Acesso em: 9 maio 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo de campanha: a verdadeira batalha eleitoral**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Salário-Mínimo. Valores históricos do salário-mínimo.** Disponível em:

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/atuacao/salario-minimo/valores-historicos-do-salario-minimo>. Acesso em: 25 abr. 2023.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: Do Império aos Dias Atuais.** Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2019, p. 206.

O GLOBO. **Análise: acusações de Bolsonaro sobre fraude eleitoral buscam justificar derrota em 2022, dizem especialistas.** O Globo, Rio de Janeiro, 15 de maio de 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/analise-acusacoes-de-bolsonaro-sobre-fraude-eleitoral-buscam-justificar-derrota-em-2022-dizem-especialistas-25148714>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

O GLOBO. **Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá mandato e faz apelo por unidade no PSDB.** O Globo, 12 jul. 2015. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/em-convencao-aecio-diz-que-dilma-nao-concluira-mandato-faz-apelo-por-unidade-no-psdb-16667961>. Acesso em: 05 mai. 2023.

O GLOBO. **Fachin abre inquérito contra Marun por suspeita de corrupção no Ministério do Trabalho,** 03/09/2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/fachin-abre-inquerito-contramarun-por-suspeita-de-corrupcao-no-ministerio-do-trabalho-23036266>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

O POPULAR. **Acusações de Bolsonaro sem provas sobre fraude eleitoral são risco à democracia.** O Popular, 10 de maio de 2021. Disponível em:

<https://opopular.com.br/politica/acusacoes-de-bolsonaro-sem-provas-sobre-fraude-eleitoral-s-o-risco-a-democracia-1.2208432>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

PESQUISA IBOPE. **"Há um ano Collor e Lula disputavam o segundo turno".** Folha de S. Paulo, 15 de outubro de 1990, p. 6.

PODER360. **Bolsonaro atacou sistema eleitoral mais de 20 vezes em 2021.** Poder360, 8 de abril de 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-atacou-sistema-eleitoral-mais-de-20-vezes-em-2021/>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

PODER360. **Em debate eleitoral, Bolsonaro critica STF e ativismo judicial.**

Poder360, 22 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/eleicoes/em-debate-eleitoral-bolsonaro-critica-stf-e-ativismo-judicial/>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

REDE BRASIL ATUAL. **Tanto governo como oposição veem Temer como refém do Congresso daqui por diante.** Rede Brasil Atual, 7 de junho de 2017. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/tanto-governo-como-oposicao-ve-temer-como-refem-do-congresso-daqui-por-diante/>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. **A fragilidade das democracias.** São Paulo, edição 393, agosto de 2021. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/sociedade/a-fragilidade-das-democracias>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado.** Leya, 2017.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 19.

TSE. **Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.** Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/auditoria-de-funcionamento-das-urnas-eletronicas>. Acesso em: 07 maio 2023.

VALOR GLOBO. **Governo central tem déficit primário de R\$ 95 bi em 2019, o menor desde 2014.** Valor Globo, 29 de janeiro de 2020. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/29/governo-central-tem-deficit-primario-de-r-95-bi-em-2019-o-menor-desde-2014.ghtml>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

VEJA. **Pisando no tomate**. Revista Veja, 30 de julho de 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/pisando-no-tomate/>>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

VELOSO, G. **O que a eleição de 1989 ensina sobre o Brasil atual**. Nexo Jornal, São Paulo, 15 out. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/O-que-a-elei%C3%A7%C3%A3o-de-1989-ensina-sobre-o-Brasil-atual>. Acesso em: 24 abr. 2023.